



# Anais da Assembléia

Nº 88

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 23 DE AGOSTO DE 1988

ANO XIV

2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 70.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 23 DE AGOSTO DE 1988.

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Senhores Anibal Khury e Edmar Luiz Costa.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zamusso, Caio Quintana, Cândido Bastos, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rodrigues Carvalho, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Neivo Beraldin, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazerri, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quilse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valdeir Mendes Vilela e Werner Wanderer (48).  
Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Antônio Belinati, David Cheriegate, Gernote Kirinus, Homero Oguido, Luiz Alberto Oliveira e Nelson Vasconcellos (06).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## SESSÃO

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Sob a proteção de Deus declaro aberta a Sessão. E, solicito aos Senhores Professores, que têm se conduzido até este momento com educação, que pessoas que estão na galeria que respeitem esta Presidência, porque senão a Assembléia não fará sessões enquanto não tiver a garantia dos Senhores Deputados respeitada.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Em votação a Ata que acaba de ser lida.

Aprovado.

(Tumulto)

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)  
Esta Presidência suspende a sessão até que os ânimos estejam serenados e peço a compreensão das pessoas que não são Deputados, que não permaneçam neste Plenário, sob pena de não termos a sessão realizada. Apenas os Senhores Deputados e jornalistas poderão permanecer no recinto do Plenário.

Suspendo por 5 minutos esta Sessão se não houver garantias esta Presidência deixará de realizar a Sessão.

Suspensa a Sessão.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Está reaberta a sessão e peço às pessoas que não são Deputados ou que não tiverem cargo de atuação no Plenário, que por favor se retirem porque esta sessão para ser realizada, tem que ter segurança.

O Sr. 2º Secretário lerá a ata da sessão anterior.

O SR. 2º SECRETÁRIO - (Lê a Ata).

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)  
Está em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira discuti-la, declaro-a Aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

Requerimento:

### REQUERIMENTO N. 219

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 198/88, que concede o Título de cidadania a João Doria Júnior.

Sala das Sessões, em 23.08.88.

(a) JOSÉ FELINTO

### REQUERIMENTO N. 220

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Excelentíssimo Senhor Ministro

**José Hugo Castelo Branco.**

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 23.08.88.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O passamento do Ministro José Hugo Castelo Branco, veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de todo o seu grande círculo de amigos, entre os quais nos incluímos.

Ministro da Indústria e Comércio, um dos homens de confiança do Senhor Presidente da República, amigo pessoal do saudoso Presidente Tancredo Neves.

Tomado que foi, por uma longa e grande enfermidade, que o fazia sofrer, e então, por vontade e permissão divina, aceitou tudo isto com amor, paciência e resignação; ao findar a vida, deixou por certo palavras de fé e gratidão a Deus, como sempre dizia graças a Deus, por todas as virtudes e valores que lhe foi dado, como sempre fez repartindo bondade, infinitivamente viverá nas flores, nas folhas, nos ventos e na saudade.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrir de bênçãos a cada um de seus filhos: sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu Servo.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, sente-se no dever de associar-se à dor que abalou a família do Ministro José Hugo Castelo Branco, endereçando a ela voto de profundo pesar rogando a Deus para que todos conforte.

REQUERIMENTO N. 226

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, voto de pesar pelo falecimento do pintor Frederico Kirchgassner, catarinense de nascimento, mas que viveu em Curitiba a maior parte de seus 89 anos de idade. Seu falecimento, no último dia 19, provocou uma lacuna irreparável na vida cultural de nosso Estado, pois, apesar de não possuir a popularidade de muitos tinha a genialidade de poucos.

Sala das Sessões, em 23.08.88.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO N. 230

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consi-

nado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Sady Marcondes Loureiro, ocorrido dia 17 de agosto do corrente no Município de Palmas.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 23.08.88.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 83 anos faleceu na Cidade de Palmas, o Senhor Sady Marcondes Loureiro, no último dia 17 de agosto.

Pecuarista, membro de uma das mais tradicionais famílias palmenses deixa o extinto enorme lacuna no seio da família, bem como de todo o seu grande círculo de amigos.

Deixou os seguintes filhos: Denicio, Murilo, João Felipe, Maria de Lurdes, Beatriz e Sady Filho e 19 netos.

Ficou um grande vazio na sociedade palmense, cuja população chora a morte de um de seus membros mais ilustres. Extinguiu-se na terra para germinar no céu e, como lírio, florescer eternamente diante de Deus.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, sente-se no dever de associar-se à dor que abalou a família Marcondes Loureiro, endereçando a ele voto de profundo pesar rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N. 221

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de saudade ao inesquecível Presidente Getúlio Vargas, pela passagem do 34º aniversário de seu falecimento.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família Vargas, por intermédio do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Rio de Janeiro, Dr. Moreira Franco.

Sala das Sessões, em 23.08.88.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Em sua carta-testamento Getúlio Vargas afirmou que serenamente deixava a vida para "entrar na história". E assim foi, ele passou à história. Não pelo gesto extremo que foi uma imolação pela União do povo brasileiro que tanto amou. Passou, e para sempre permanecerá, pelo que representou para a Nação e por se tratar de uma singular figura de homem público.

Não deixa de ser notável que um governante a quem se tenha nominado de "ditador" enquanto comandante dos destinos do País, tenha passado à história como um dos maiores, senão o maior dos presidentes que o Brasil já teve, deixando um legado que dificilmente será esquecido, que tão cedo não será imitado.

Certamente - e assim se conclui das biografias mais exatas que se tem - ele praticou a ditadura não na concepção que hoje temos de outras ditaduras. Foi um governo forte, como requeria o momento, um governo severo como pediam as circunstâncias. Pode ter sido um ditador, mas não um tirano, porque o seu governo foi marcado por intensas reformas sociais e avanços incriveis para a época, notadamente em termos de visão desenvolvimentista, de nacionalismo, de valorização e amparo ao trabalhador.

Getúlio Vargas sempre demonstrou forte personalidade e uma formação das mais exemplares, eis que sua vida é marcada inteira de gestos despreendidos e de grandes exemplos. Getúlio cresceu num ambiente que tempera qualquer homem. Criado no mundo caudillesco da fronteira Brasil-Argentina convivendo com revoluções, foi desde cedo amante dos livros e ávido de saber. Admirador das lides militares, fez-se praça do 6º Batalhão de Infantaria em sua terra natal, São Borja. Chegou ao primeiro grau do oficialato na Escola Preparatória de Tática de Rio Pardo. Desligou-se da carreira em solidariedade a companheiros injustiçados. Voltou às atividades militares, mais tarde, em decorrência da "Questão do Acre", seguindo para a frente de campanha no Mato Grosso. A diplomacia de Rio Branco evitou, porém, que a demanda se fizesse pelas armas.

Dedicou-se aos estudos para formar-se em Direito, foi advogado e Promotor Público em Porto Alegre. Aos 27 anos foi eleito à Assembléia dos Representantes do Rio Grande do Sul, sendo depois reeleito, e mais uma vez por solidariedade renunciou, desta vez ao cargo parlamentar. Mais tarde foi reconduzido por seu povo, não mais se afastando da política, companheira fiel e infiel até à morte. Em 1922 foi eleito para a Câmara Federal.

Foi Ministro da Fazenda e Presidente do seu Estado, iniciando uma era de pacificação, de concórdia e conciliação.

Levado ao comando da Nação numa hora difícil, deu início ao chamado Governo provisório, que muitos desafios enfrentou, com a Revolução Constitucionalista. Em 1934 era promulgada a nova Constituição e Getúlio Vargas iniciava uma nova etapa de governo.

Em 1937 o Brasil entra no "Estado Novo", regime síntese das aspirações nacio-

nais, um novo estágio do Poder para Getúlio Vargas, com alguns movimentos revoltosos internos e a entrada na Segunda Guerra Mundial.

Deposto pelos militares, retomou o governo pelo voto livre do povo brasileiro. Foi seu último período à frente dos destinos da Nação; período que não pôde completar, pois compelido pelas circunstâncias e não querendo ver o País mergulhar em luta fratricida, deu a própria vida pela concórdia entre o povo e apaziguamento da voracidade política de grupos que se opunham ao governo.

Vargas foi o pioneiro das leis trabalhistas, criador do Código de Minas, Código de Águas, da PETROBRAS e implantador da siderurgia. Acima de tudo foi o conquistador para o Brasil do respeito e admiração internacionais.

Estas breves lembranças sobre a vida e os governos e Getúlio Vargas servem para mostrar que foi ele, com toda a certeza e justiça, o nosso último grande estadista a efetivamente governar o País. Credor da admiração do trabalhador e das classes sociais menos favorecidas, ainda hoje - 34 anos após a sua morte - seu nome é lembrado e reverenciado até por gerações que não viveram a sua época.

Deve esta Casa associar-se à reverência e à lembrança neste 24 de agosto, pois que o Brasil, o povo brasileiro, anda ainda em busca de um estadista da envergadura de Getúlio Vargas, para colocar a Nação no caminho do seu grande destino que com Vargas começou a ser palmilhado e que carece de continuidade para alcançar seus grandes objetivos e esperanças.

#### REQUERIMENTO Nº 222

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado Votos de Congratulações a SLAVIERO Companhia de Automóveis de Curitiba.

Sala das Sessões, em 23.08.88.

(a) NESTOR BAPTISTA

JUSTIFICATIVA:

O presente Requerimento fundamenta-se no fato da brilhante participação da equipe comandada pelo Senhor David da Silva Colasso, em que ganhou o concurso Oficina SLAVIERO Premiada pela FORD - Paraná e São Paulo.

#### REQUERIMENTO Nº 224

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscrive, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no regimento interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER:

Seja inserido na Ata dos Trabalhos da presente Sessão, nossos votos de congratulações pela passagem do aniversário de emancipação política do município de Santo Antônio da Platina, ocorrido dia 20 do corrente mês, desejando aquele povo trabalhador e seus dirigentes, felicidades, e que dentro dos princípios a de direito prossiga em seus trabalhos até alcançar a paz e prosperidade desejada.

Do presente, REQUER se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e Câmara de Vereadores do município apontado.

Sala das Sessões, em 23.08.88.

(a) VALDERI MENDES VILELA

#### REQUERIMENTO N° 231

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, voto de congratulações à Senhora Doutora Anita Zippin Monteiro da Silva pela passagem dos seus 50 anos de Colunismo. REQUER, ainda, seja dado conhecimento à mencionada Colunista do teor deste Requerimento.

Sala das Sessões, em 23.08.88.

(a) ANIBAL KHURY

#### JUSTIFICATIVA:

Filha de Dálio Zippin, estimado e conhecido advogado e escritor já falecido, Anita Zippin Monteiro da Silva não podia deixar de herdar de seu pai o amor às Letras, à Cultura, e a preocupação com o seu próximo que tanto caracterizou Dálio Zippin.

Por isto, a dez anos atrás, mais precisamente, na data de 6 de agosto de 1978, não pôde Anita Zippin ignorar o chamado da imprensa escrita, publicando, então, o seu primeiro artigo intitulado "Apelos aos Médicos", onde descreveu sua indignação à cassação das atividades médicas de Moises Parciornik, pelo Ministério da Saúde, devido a campanha de prevenção ao câncer ginecológico que realizava.

Daquela data em diante, Anita Zippin não mais deixou de colaborar com sua crônica nos jornais: Gazeta do Povo, Jornal do Estado (coluna "Retratos da Vida") e do Jornal Indústria e Comércio. De sua coluna nos diversos jornais para qual escreve, Anita Zippin, consegue dar algo de si por meio de suas palavras aos seus assíduos leitores transmitindo nos seus temas mais abordados como a família, o cotidiano a personalidades de renome a sua visão deste nosso País e principalmente de seus sentimentos, pois ela mesma sempre se auto considerou-se como livre pensadora e livre escritora.

Assim sendo, acredito que através de pessoas como a Doutora Anita Zippin Monteiro da Silva, poderemos em muito melhorar o Espírito Humano. Pois, é verdadeiro

o sábio ditado "Fazer o Bem Sem Olhar a Quem". Sendo, na verdade, isto o que a Doutora Anita Zippin transmite em suas crônicas desde a uma década atrás.

#### REQUERIMENTO N° 225

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, voto de louvor aos funcionários do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná que, apesar da falta de recursos e dos baixos salários que percebem, transformaram aquela Casa hospitalar num exemplo de atendimento recuperação de doentes, reconhecido nacionalmente.

Sala das Sessões, em 23.08.88.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### JUSTIFICATIVA:

Há tempos que o Hospital de Clínicas vem se destacando nacionalmente por suas pesquisas e atendimento aos pacientes, merecendo destaque na imprensa do País. Mais recentemente, sua unidade pediátrica, inaugurada em 1981, recebeu notoriedade pelo atendimento às crianças em estado grave e transplante de medula óssea, bem como pela baixa incidência de infecção hospitalar. O reconhecimento, principalmente da parte das autoridades governamentais é uma questão de justiça, essencialmente, no sentido de maiores dotações de recursos financeiros para o incremento de pesquisas e elevar o nome dos brilhantes e abnegados profissionais do setor.

#### REQUERIMENTO N° 223

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expostas, REQUER, seja enviado expediente ao ilustre Governador do Estado do Paraná Senhor Álvaro Dias e ao Secretário de Estado da Educação Senhor Belmiro Valverde Jobim Castor, solicitando melhorias na escola estadual localizada no Bairro dos Messias, no Município de Nova Fátima.

Referida solicitação se faz em função de que em nossa visita pessoal àquela localidade, verificamos que a situação que se encontra a escola é totalmente insustentável, pois a mesma se encontra em abandono. Não há banheiro para os alunos, a cozinha e os utensílios estão em situação lastimável, o mato está a porta da escola e com isso põe em risco a segurança dos alunos. Segundo o que ouvimos dos pais dos alunos, o máximo que eles podem estão fazendo, mas sendo de famílias pobres não possuem recursos para proceder as reformas

e conservação necessária.

Do presente, REQUER se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e Câmara de Vereadores de Nova Fátima.

Sala das Sessões, em 23.08.88.

(a) VALDERI MENDES VILELA

#### REQUERIMENTO N° 229

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e aos Senhores Secretários de Estado da Segurança Pública e da Administração, o mais veemente apelo, no sentido de que sejam tomadas urgentes providências para a homologação dos concursos prestados junto à Polícia Civil do Estado para os cargos de: Operadores em Telecomunicações, Policiais, Datiloscopistas e Técnicos que, há quase dois anos, foram realizados sem que fossem efetuadas as nomeações decorrentes.

É desumana, Senhor Presidente, a situação a que estão sujeitos os concursados aprovados, de vez que foram obrigados a largar de seus empregos anteriores para, atendendo o convite do Governo, prestar concurso nas mencionadas carreiras, sem que até hoje, lhes seja dada qualquer satisfação.

Nas condições acima expostas é um dever dos representantes do povo nesta Casa, sem distinção partidária, encaminhar apelo às mais altas autoridades estaduais.

Sala das Sessões, em 23.08.88.

(a) ALGACI TÚLIO

#### Projetos de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 068/88

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1° - Fica assegurado aos funcionários desta Assembléia Legislativa, que estiverem efetivamente exercendo as funções de MOTORISTA, a percepção do percentual correspondente sobre seus vencimentos, ao risco de vida.

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.08.88.

(a) CAÍTO QUINTANA

#### JUSTIFICATIVA:

É inegável que os serviços prestados pelos motoristas desta Assembléia Legislativa apresentam conotação de alta periculosidade.

Se já não bastasse o fato conhecido do Brasil ser, infelizmente, um dos líderes em acidentes de trânsito, acrescente-se que os motoristas desta Casa trabalham, na prática, sem um horário definido, uma vez

que deles são exigidas tarefas as mais diversas e em horários nem sempre compatíveis. Isto não se deve ao fator organizacional, mas à própria natureza do labor, que implica não apenas em cumprir certa rotina no trânsito urbano ou em estradas estaduais.

Sabemos que os motoristas desta Casa não estão apenas com as obrigações de transportar os Senhores Deputados em horários previamente estipulados. Por força de compromissos dos Parlamentares, os referidos profissionais do volante vêm-se na contingência de viajar, muitas vezes sem tempo de uma competente revisão do veículo, para longas distâncias e em horários diversos.

Não raras vezes estes profissionais estão, já ao amanhecer, à espera de doentes oriundos do interior, que para cá se dirigem em busca de atendimento médico. Outras vezes, à noite ou em fins de semana, conduzem pacientes que obtiveram alta ou que foram à óbito.

Desnecessárias outras colocações. Esta Assembléia Legislativa conhece seus prestatadores de serviço. Conceder-se o adicional de risco de vida é apenas uma questão de Justiça. E, como depende de nossa Mesa Diretora, temos certeza que a justiça será feita atribuindo-se o adicional legal de Risco de Vida àqueles que estiverem no exercício da função de motorista desta Casa.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 069/88

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

RESOLVE:

Art. 1° - Fica assegurado aos funcionários desta Assembléia Legislativa, que estiverem efetivamente exercendo as funções de ASCENSORISTA, a percepção do percentual correspondente sobre seus vencimentos, de insalubridade.

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.08.88.

(a) CAÍTO QUINTANA

#### JUSTIFICATIVA:

Esta é a Casa dos Representantes do Povo; natural, portanto, a afluência, por motivos diversos, de um razoável contingente de pessoas.

É necessário salientar que, além das pessoas que transitam por esta Casa de Leis, há também a afluência de público em busca de atendimento médico-hospitalar, propiciado pelos Deputados. Apenas isto justificaria a insalubridade, pois nossos ascensoristas, diariamente, durante horas seguidas, têm que conviver não apenas com o público normal, mas principalmente com enfermos que aqui buscam, através dos Par-

lamentares, exames, internamentos e cirurgias. Atendidos, a maioria volta a esta Casa para conseguir nesta capital acomodações que propiciem o prosseguimento do tratamento, passagens de volta as suas cidades, ou simplesmente para agradecer.

Pode parecer e nos soa como sensata, a observação de que a Assistência Social não seria, originariamente, atribuição desta Casa de Leis. Entretanto, esta é a realidade sabemos disto.

Parece-nos, portanto, que o adicional de insalubridade aos ascensoristas desta Casa, que por força das circunstâncias convivem com os enfermos que nos procuram, seja, antes de um legítimo direito, um dever de consciência de nossa parte.

Não havendo expediente e nem oradores inscritos para o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente e concedo a palavra ao Senhor Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

Até há pouco, estava propenso a declinar do Grande Expediente, em virtude que há dias estou inscrito para esta sessão, no Grande Expediente desta Casa, com matérias devidamente analisadas, estudadas, importantes para o Estado do Paraná. Matérias a serem tratadas por este Parlamento com a maior rapidez e com a maior participação de todos nós, representantes do povo paranaense.

Temos a iminência, e no instante que a Constituinte aprova pagamento de royalties aos Estados geradores de Energia Elétrica de termos nos rios de divisa do Paraná, como exemplo o rio Paranapanema da Usina Itaquarugú, mais a construção de Canoas 1 e Canoas 2 pela SESP. Isso vale dizer que apenas na Usina Itaquarugú, mais de 4 mil hectares de terras paranaenses serão uma vez mais inundadas com "royalties" da SESP de São Paulo, por ser a geradora e a concessionária da Usina. Temos que discutir, porque até no mês de outubro, se não houver um entendimento entre os Estados do Paraná e de Santa Catarina, a Procuradoria Geral da República irá definir a quem pertence o poço de petróleo-PR-4, que está em mar territorial paranaense. E já se fala na perfuração de mais um poço de petróleo, exatamente no instante em que também a Constituinte está devolvendo recursos para os Estados geradores de qualquer tipo de energia.

No entanto, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, assuntos como esse, da maior valia para o Estado do Paraná, estão retardados na discussão neste Plenário, e não seria eu a tratá-los nesse instante, quando sinto que o clima, o ambiente, o momento dessa Assembléia Legislativa, não

seria propício para análise mais profunda, para o debate mais profundo a respeito desses assuntos, de suma importância, na economia do Estado, para aumentar o poder de divisa do Estado, para poder aumentar a sua capacidade de arrecadação e para poder fazer frente as suas despesas.

Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, esses estudos todos, que esperei aproximadamente 10 dias para poder tratar aqui, deixarei para outra oportunidade, espero a benevolência da Mesa que me inscreva na sequência para um novo Grande Expediente, para que possa voltar aqui e tratar dos assuntos que o Estado do Paraná está esperando que seus representantes o tratem.

Não iria falar, mas tenho o mais profundo respeito por este Parlamento, defendendo com todo o meu pensamento e com toda a minha atenção, as prerrogativas do Parlamento porque acredito que o Poder Legislativo é um dos Poderes basilares que compõem o Executivo e o Judiciário, o tripé da democracia, que queremos instalada neste País. E vim aqui, por uma parcela da população do meu Estado, no voto livre, soberano, sem coberturas financeiras sem "lobies" organizados; vim para cumprir o meu mandato e representar a parcela do povo paranaense, pela qual posso falar.

Considero o Estado do Paraná, um Estado composto por milhares, centenas de milhares de trabalhadores das mais variadas categorias, desde os agricultores aos profissionais liberais, aos comerciantes, aos industriais, funcionários públicos; todos nós compomos esta gama de trabalhadores que quer ver este Estado progredir e prosperar.

Falamos em democracia, falamos em fortalecimento do Legislativo, falamos em direito das Associações, de se organizarem para pleitear livremente as suas reivindicações, para expor as suas idéias, para expor as suas necessidades. Não somos um Deputado governista, somos um Deputado do PMDB, com representação popular, e compreendemos que o salário brasileiro está sendo defasado a cada instante.

Acreditamos no poder da organização, das classes trabalhadoras brasileiras, para reivindicar os seus direitos. Pregamos a liberdade, pregamos a democracia, pregamos o direito, o diálogo constante, mas, sob hipótese alguma me honraria ser Deputado neste Parlamento, se eu não tivesse a coragem de vir aqui, e expor os meus pontos de vista, no cumprimento do mandato que tenho.

Não, Senhores, não me acovardaria. Tenho nas minhas origens, as salas de aula. Fui professor no Interior lecionando com lampião, quando se pagava o professor suplementarista, no mês de setembro, pela



primeira vez, durante o ano.

Fui professor de escolas da CNEC, que nada pagava; desempenhei, enquanto pude, para ajudar os Municípios que ajudei crescer, a função de professor também. Participei aqui, nos meus tempos de Liderança, de diálogos com a APP, com segmentos de funcionários públicos, e invoco testemunho, desde Isaías Ogliari ao Paulinho Maria, que está aqui, que sempre teve ressonância na nossa sala de Liderança, para encontrar o encaminhamento dos problemas dos professores.

Até fatos curiosos aconteceram, quando, se não me falha a memória, no Governo João Elísio, pleiteava-se aqui a manutenção dos dois pisos e meio aos professores, e pela transformação do plano cruzado, ficaria aviltado este piso, e nós negociamos com a Bancada do PMDB, fomos ao Palácio e convencemos o Governo a fazer uma nova Mensagem, dando dois pisos e meio.

No entanto, quando chegou a votação em Plenário, da Mensagem do Governo, de dois pisos e meio, a Oposição entrou com Emenda pedindo três pisos salariais, e teve imediatamente o endosso daqueles que, até aquele momento, estavam trabalhando.

O diálogo tem que ser conduzido de lado a lado, com seriedade. O movimento grevista, e eu disse hoje, para um jornal de Curitiba, o ABC Paulista está nos mostrando como se faz no instante em que as classes trabalhadoras estão negociando diretamente com seus patrões, tirando de lado a participação política, da vontade eleitora de véspera de eleição, para tirar proveito apenas da participação emocional daqueles que nela se envolvem.

Ora, Senhores Professores aqui presentes, com o maior respeito que eu tenho por Vossas Excelências, com maior reconhecimento da defasagem salarial que está se tendo neste País como um todo, nós não podemos como Bancada do Governo, como Bancada Peemedebista, apenas nos curvar e ouvir alegações que são feitas da tribuna do lado de lá, apenas porque é um movimento de greve, porque é véspera de período eleitoral, ou apenas porque se quer insuflar contra o Governo uma categoria de seus próprios professores.

O que está se levando? Quando nós estamos falando em diálogo, quando nós estamos querendo abrir diálogo, de que adianta, companheiros da APP, ocuparmos uma tribuna para chamarmos o Governo de príncipe, de encastelado, de um Governo que não conversa, que paga mídia de imprensa, que é incompetente? Como se quer dialogar através da ofensa, não dos senhores, mas daqueles que procuram o momento da sua concentração para tirar proveito político. Nós temos que amadurecer o movimento grevista desta Nação sob pena de nós acabar-

mos desmoralizando os movimentos populares, por eles se fazerem infiltrar por pessoas que nada teriam a ver com o movimento e procuram conduzi-lo ao lado do confronto. Este é o princípio maior da reivindicação popular. Este é o princípio das classes trabalhadoras nas suas lutas de greve. Isto é que deve nortear quando se quer caminhar para um entendimento. Seria muito bonito o Deputado Caíto Quintana chegar aqui, e declarar solidariedade aos professores, acusar o Governo do Estado, negar os avanços que já tivemos, mas, no que eu estaria ajudando? Os aplausos que eu recebesse das galerias iriam ajudar, senhores, no encaminhamento da questão ou não? Esta é a pergunta que quero deixar.

Talvez não fosse mais importante encontrar a saída através da solução fácil dos problemas, as análises criteriosas daquilo que na verdade aconteceram? Nós queremos dizer ao Governo Álvaro Dias que ele virou as costas aos professores, que ele não atendeu aos professores? Ora, Senhores e Senhores, a Secretaria de Estado da Educação sempre esteve aberta ao debate com a APP e a APP sabe disso. O Governador saiu do Palácio para ir até a Secretaria numa audiência com as chefias de núcleos, com os Conselhos de Núcleos para discutir a política educacional do Estado do Paraná, isto é uma verdade! Não há diálogo fechado! Existem impossibilidades de se conseguir aquilo que, talvez, seja um direito de uma categoria pleitear mas, a responsabilidade de quem tem que dar ou não poder dar.

Eu ouvi ontem companheiros de Oposição dizendo que o Governo compra horário da televisão para mentir. Mentir o que? Prova para mim que é mentira! Diz para mim que é mentira! Alguém veio me dizer que é mentira, que a reivindicação que o Governo está colocando, esta que está aqui. Podemos dizer que é mentira, que está se pedindo no momento da greve na pauta de negociação, que um professor de menor qualificação, magistério de 2º grau, teria um salário inicial de Cz\$ 83.712,00 para vinte horas, ou de Cz\$ 167.424,00 para quarenta horas semanais. Está sendo dito na televisão, mas isto, companheiros, não é mentira, ou então, é mentira a reivindicação que está fazendo a APP.

Nós temos que medir em cima de dados.

Vamos em frente para perguntarmos se é mentira, que somando os benefícios adicionais um professor com quinze anos de serviço estaria percebendo no mínimo Cz\$ 237.658,46 para vinte horas e Cz\$ 475.370,83 para quarenta horas; com vinte e cinco anos e trabalho estaria na referência final receberia no mínimo Cz\$ 262.000,00 par vinte e Cz\$ 524.000,00 para quarenta horas. E com trinta anos iria pa-

ra quarenta horas, Cz\$ 550.298,95. Não é mentira, é a pauta de reivindicação, e é em cima dela que nós temos que trabalhar! Este é o direito do professor! Eu acredito que num País defasado, sem recursos, num País de carestia, o professor na sua aposentadoria, nos seus avanços de vida, merecesse Cz\$ 550.000,00. É um direito. Agora é um direito para nós Parlamentares, representantes do povo do Paraná, não dos Partidos políticos, analisarmos se o caixa do Governo do Estado pode pagar e se é justo que os Servidores Públicos de outras categorias recebam infinitamente melhor, a começar pelos trabalhadores desta Casa.

O riso de Vossas Excelências não leva a nada, porque infelizmente eu tenho visto nos corredores, muitas vezes maltratados, segurancas e nem um dos Senhores parou para perguntar ao segurança quanto é que ele ganha por mês, por ele trabalhar neste Parlamento ele é chamado de "marajá", nenhum dos Senhores perguntou para um motorista de ambulância que transporta os nossos doentes pelo Paraná inteiro, infectados, viajando de dia e de noite a qualquer hora que for chamado, para levar alguém que faleceu; motoristas que ganham Cz\$ 16.000,00 para fazer horário contínuo de 24 horas por dia, porque nunca sabem quando podem sair, mas eles merecem o riso, porque dá a impressão que eles não são trabalhadores.

Aquelas mulheres que fazem a limpeza da Assembléia, muitas vezes suja por nós e por aqueles que aqui vêm, recebem salário de Cz\$ 13.000,00/14.000,00 por mês, também são funcionários públicos. Existe uma categoria inteira de funcionário público trabalhando pelo Estado e nós temos que analisar no instante em que nós sentarmos na cadeira de executivo, que um dos princípios maiores da administração, é a justiça.

Nós estamos comprometendo quase 90% do Orçamento do Estado do Paraná na arrecadação do ICM em servidores, mas não existe mágica matemática, não se pode dar um aumento substancial sob pena de não poder pagar, Senhores e Senhoras, e o Estado do Paraná não se compõe exclusivamente na classe dos seus servidores. Os Prefeitos, os Vereadores, as Comunidades, os agricultores, estão a cobrar a cada dia neste Estado mais estradas, mais escolas, mais postos de saúde, mais energia elétrica, mais telefonia. Isto sai tudo daonde? Sai tudo do caixa da arrecadação do Governo que não pode gastar. Existe um limite da corda para poder espichar, se dá, se não dá essa reivindicação, o impasse está gerado, o Governo não pode dar sob pena de aviltar todos os demais segmentos do funcionalismo público do Estado do Paraná que estão defasados como os Senhores também

estão.

Então vamos medir companheiros, de cabeça fria, vamos conduzir esse movimento pelo canal que pode nos levar a alguma coisa, vamos ver aquilo que nós precisamos e aquilo que nós podemos conquistar.

Porque ofensa, porque agressão, porque não se admitir um plano de liberdade? Porque pensar que apenas eu tenho que subir na tribuna para chamar o Governo de "Príncipe enclausurado", se nós nos preocupamos em analisar até onde se pode dar? Não, se nós desarmamos os nossos espíritos, se nós não nos colocamos aqui como se fôssemos rivais, se nós não olharmos os companheiros do MDB que durante tantos e tantos anos engajaram-se em lutas nos momentos mais difíceis, em lutas quando custava afrontar a polícia, a prepotência, estiveram presentes.

Será que hoje a sua personalidade, Deputado Paulo Friatti, mudou? Será que hoje Vossa Excelência não é mais sensível às reivindicações. Não, nós continuamos iguais, Senhores professores, nós estamos também preocupados, nós estamos na luta.

Nós estamos procurando o canal do entendimento, a possibilidade da solução e nós queremos a possibilidade da solução. Mais vale uma solução conquistada do que um discurso vibrante que possa prejudicar e afastar mais ainda os nossos entendimentos; vamos conduzir maduros aquilo que temos que conduzir.

O Estado do Paraná, com as dificuldades econômicas que tem, continuou pagando a URP aos professores, mas podemos dizer que nós queremos mais, mas não podemos negar aquilo que já conquistamos, nós não podemos ofender os encontros que tivemos como esse aqui, com a Secretaria assinado pelo Secretário Belmiro Valverde Jobim Castor, Paulinho Maia, pela professora Isolde, aonde conquistas foram alcançadas na negociação direta com o Governo do Estado do Paraná.

O Sr. Erondy Silvério - Vossa Excelência permite um aparte, nobre Deputado?

(Assentimento).

Eu agradeço a Vossa Excelência e lamento interrompê-lo, porque num pronunciamento equilibrado, inteligente e acima de tudo coerente, Vossa Excelência pulveriza de uma vez só os gritinhos histéricos de alguns Deputados da Oposição, que vêm neste movimento, que para mim é justo, uma oportunidade para demagogia, com objetivos meramente eleitoreiros.

Vossa Excelência dá, nesta tarde, a esta Casa uma lição que os Anais vão certamente registrar para que a posteridade veja como as pessoas responsáveis tratam as coisas sérias deste Estado. Meus parabéns a Vossa Excelência.



O SR. CAÍTO QUINTANA - Eu agradeço.

O Sr. Paulo Furlatti - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado Caíto Quintana, quando observamos a luta justa dos trabalhadores fica uma pergunta: é justo lutar por melhores salários? Sem dúvida. É justo usar o instrumento da greve? É justo. É justo procurar pressionar no caso o patrão, o Governo? É justo. Agora sempre cabe uma pergunta: dentro do processo democrático é muito diferente do passado quando as lutas se estabeleciam, até por princípios, em que os professores não tinham piso, em que os professores não tinham Assembleia Legislativa, em que os professores não tinham a liberdade de imprensa, de usar os seus instrumentos para pressionar, é justo que na democracia também se estabeleça de lado a lado o jogo do conflito entre interesses diferentes. Neste caso específico: de um lado os professores defasados como a grande maioria da população brasileira, mas de outro lado o PMDB gerando e gerenciando um Governo que tem limites específicos de arrecadação e quando eu vejo alguns Deputados que aqui estão, hoje na Oposição mas que no ano passado estavam carinhosamente acobertados nos braços daqueles que mandavam os cães morderem os professores. Eu imagino o que será este Estado o ano que vem, quando a Constituinte Estadual dará força aos Senhores Deputados para, através de projetos de lei, alterarem os salários de funcionários públicos e quando os professores e os funcionários públicos que estão com salários achatados se mobilizarem, organizadamente, e a demagogia imperar neste Parlamento, as leis dos Deputados tornam este Estado ingovernável.

Como é que alguém governa se de um lado a inflação que corroa o salário também corroa o tributo? Como fazer a maquininha de dinheiro? Como resolver o impasse? Pergunta que fiz ao Deputado Pedro Tonelli e ele me disse: Eu, se Governador fosse, faria um empréstimo externo para pagar os professores.

Existem parâmetros. Eu confesso que desde o início deste movimento junto com os Senhores Deputados temos tentado de todas as formas encontrar alguma solução, mas de posse dos dados que dispomos, no nível comparativo que existe entre a categoria do magistério no Paraná e dos outros Estados, a níveis dos avanços que existem, eu chego a conclusão de que o acirramento, a manutenção da greve, a não abertura do diálogo, coloca em prejuízo o aluno.

Estive há pouco, novamente com a Bancada do PMDB, com o Governador do Estado, e a posição me parece muito clara. De um lado a impossibilidade financeira, embora

alguns professores tenham dito nos corredores: vamos pegar o Orçamento da Secretaria de Comunicação Social e resolver os problemas dos professores.

Mas, Senhor Deputado Caíto Quintana, se se pegar o Orçamento da Secretaria de Comunicação Social e colocar para o pagamento da folha dos professores, nós não conseguiremos um aumento sequer de 5% porque, na verdade, tem que se entender bem o que representa em termos de orçamento de Estado o pagamento a mais do que está sendo feito. De outro lado existe o impedimento político-administrativo, porque são duas categorias de funcionários: de um lado o Magistério, de outro lado os demais.

E aí o Deputado Pedro Tonelli tem razão quando vai à tribuna e diz: o Governo não pode pagar os professores porque se pagar os demais ...?

É muito lógico isso. E como resolver esse impasse? De que forma resolver?

Senhor Deputado Caíto Quintana, na emoção de um movimento de massa, na emoção de uma luta em que cada pessoa que participa de um movimento, como esse, começa a lutar contra algo imaginário e poderoso. Mas, todos aqueles que participam de movimentos de massas, começam a se entronizar, a se sentir vítimas e a se sentir oprimidos. E esta opressão que nós sentimos, esta emoção que carrega todos os movimentos de massa, seja do metalúrgico, seja do sapateiro, seja do professor, nos transformam em fáceis massas de manobras.

Chega um determinado momento da luta que nós já nem sabemos para quem estamos lutando, mas sim contra quem estamos lutando. O ódio surge e começamos odiar a segurança, a polícia, o Governo, porque nos sentimos oprimidos, massacrados. Mas nos movimentos de massa dos quais participei havia muito mais motivo de ódio porque a opressão se fazia na carne e não a nível de argumentos.

Ou nós aprendemos a conviver na democracia, em que os interesses conflitantes têm que ser administrados, em que o Governo tem o direito de dizer não pago porque não posso, como o professor tem o direito de fazer a greve, em que o Deputado tem o direito de dizer não apoio, como outro Deputado tem o direito de dizer apoio, mas também todos nós temos de entender que no processo democrático, temos que ter responsabilidades. E as responsabilidades se fazem exatamente num momento em que a Constituinte, através da maioria do PMDB, diga-se de passagem, porque eu não tenho vergonha de falar do PMDB, conquistou o direito da greve limitada para funcionários públicos, um dos poucos avanços deste mundo.

Agora se isso não for exercido com responsabilidade no sentido de sabermos

como bater, quando bater e em quem bater, nós tornaremos este País no País do fantoche, porque quando o PMDB assume o Governo ele é tirano, quando o PDT do Senhor Rafael Greca será tirano, porque nós estaremos do lado de lá, de forma irresponsável, dizendo que o professor tem razão. Mas se hoje estivesse do lado de lá o Senhor Rafael Greca, eu não tenho dúvida nenhuma: estava vendo e analisando o orçamento, se podia ou não podia pagar.

Então, para concluir, Senhor Deputado Caíto Quintana, parece-me que, efetivamente - e eu não tenho o menor prurido de dizer isso aos senhores professores, a posição do Governo do Estado é de não negociar enquanto os professores estiverem em greve. E esta posição será uma posição mantida por aqueles que entendem a posição do Partido. Podem alguns ficar nervosos, mas esta é a posição e dentro desta posição é que a conversa deve continuar. Era isso, obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Esta Presidência solicita ao Plenário que os apartes não sejam longos, porque resta a Vossa Excelência apenas um minuto. Então, de imediato, esta Presidência lhe concede o Horário da Liderança do PMDB que é em seguida, para que Vossa Excelência possa exprimir o seu pensamento.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Eu não vou ler os entendimentos havidos, entre a APP e a Secretaria de Educação do Governo Álvaro Dias porque a APP tem conhecimento disso. Não venho aqui também para mostrar os avanços que o governo já deu. O que eu quero dizer, Senhores Parlamentares, Senhor Presidente, Senhores Professores é que o poderoso Estado de São Paulo que está próximo a nos lograr uma vez mais, como paranaenses, se continuar construindo usinas em rios de divisa do nosso Estado, para terem trimestralmente o aumento dos professores naquele Estado. No Estado do Rio de Janeiro os professores estão a lutar para sair da semestralidade. No Estado do Rio Grande do Sul permanece trimestralidade até agora. O Paraná está pagando com todo o custo da luta, da economia, do desempenho de todos os paranaenses a URP em todos os meses e a categoria dos professores mantido maior do que o índice da própria URP do Governo Federal.

Então é uma conquista, uma demonstração do Governo, da valorização à classe dos professores que não pode ficar de cabeça baixa, achando que o governo não está reconhecendo a importância dos mesmos para formação das novas gerações paranaenses. Agora como adentramos para o Horário das Lideranças e é curto, Senhores Professores, vamos fazer desta Assembléia um comício

- já que temos tanta gente e isto é bom, quando se faz um comício. Vamos ouvir a Oposição que está aí com todos os partidos para disputar a Prefeitura de Curitiba.

Nesta Casa temos o Deputado Algaci Túlio candidato pelo PDT à prefeitura de Curitiba. Usa, Deputado Algaci Túlio, o Horário da Liderança do PDT, vai à tribuna, explica para nós que o senhor vai pagar 8 salários aos professores municipais de Curitiba. Diga-nos quanto Vossa Excelência vai pagar aos funcionários públicos municipais de Curitiba que trabalham no setor rodoviário. Diga-nos quanto pagará àqueles que trabalham na saúde, aos Vereadores, aos funcionários públicos da Câmara de Curitiba! Coloque sua proposta. Mas saiba de uma coisa, nós faremos aqui a conta de quanto vai representar no orçamento da Prefeitura de Curitiba, como nós faremos a conta de quanto vai representar os dados que Vossas Excelências estão pedindo para o aumento dos trabalhadores. E vamos conversar, em outras oportunidades, aqui, e no interior. Vamos conversar nas campanhas políticas lá do interior, com os Deputados que não podem ver 3 pessoas reunidas para ir perguntar se estão de greve e declarar solidariedade!

Vamos perguntar para eles lá embaixo se é justo que o Estado do Paraná, pela força do trabalho da sua gente gere ICM integral para ser consumido com o funcionalismo público. Vamos perguntar se o agricultor precisa de patrulhas rodoviárias para melhorar estradas e escoar a produção. Vamos perguntar se precisamos de postos de saúde, da ampliação da eletrificação rural, do aumento da telefonia, da ambulância para as prefeituras, da assistência na agricultura, de mais horas-máquinas através da ACARPA para fazer o serviço de conservação das terras férteis do Paraná, para que ela continue a gerar riquezas para este Estado.

Vamos conversar na totalidade da economia. Eu quero voltar a esta tribuna para discutir com alguns economistas de plantão, que dizem, que subiu tanto por cento de luz, dizendo que isso representa aumento orçamentário quando nada entendem de economia, para mentir que em contrapartida subiu o cimento, o poste é o ferro para continuar construindo usinas ou levando a rede elétrica que gera energia!

Não se discute economia numa só ponta. Não é só dentro de uma caixa que entra dinheiro. De um outro lado tem que sair, e o Governo do Estado, uma coisa é verdade, com aumentos inferiores, dos serviços públicos, está comprometendo cada vez mais a sua capacidade orçamentária para poder pagar o funcionalismo público.

Nós somos paranaenses e queremos con-

timar batendo no peito e dizer que o nosso Estado conquista espaços no território nacional e nenhum de nós quer um Governador irresponsável, demagogo, que venha numa véspera de eleição, comprometer o organismo do Estado e a vida dos paranaenses, apenas para ser agradável a qualquer categoria que se levante num movimento numa hora eleitoral.

Não, Senhores Parlamentares. Deputado Paulo Furiatti, colocaste muito bem: a rotatividade do poder vai ensinar a este País o exercício da democracia, porque quando nós tivermos no poder outros Partidos, e tiverem que dar respostas ao que hoje pedem, ficarão a responder como hoje, porque o Governador Álvaro Dias disse que é preciso que todos tenham em mente que quem não luta por seus direitos, não merece ter direito algum. Ele disse isso num momento de repressão em favor das classes que lutavam, hoje ele está pagando o preço, porque usa-se contra ele, a coragem que teve de defender na hora da tortura, aqueles que estavam lutando por causas melhores.

Deputado Rafael Greca, que seja rápido, apenas para não dizer que lhe neguei este aparte.

O Sr. Rafael Greca - Deputado Caíto Quintana, eu sou com Vossa Excelência na preocupação com os destinos elevados do Paraná e com a necessidade do Governo em atender as múltiplas carências da nossa sociedade. Eu sei mesmo, Deputado Caíto Quintana, que a Nação explodiu como um abscesso pestilento, com esta inflação de 25% ao mês. No entanto, eu gostaria de perguntar a Vossa Excelência, e perguntando a Vossa Excelência, perguntar ao Governo do Paraná.

- Quantos Professores celetistas há no Estado, nível por nível;

- o Governo pode provar que 67% dos professores estão no último nível de carreira?

- É possível uma publicação no Diário Oficial de uma listagem com a média dos salários ano a ano com os professores de nível 5, de vinte a trinta anos de Magistério?

- Quantos são os conveniados com as Prefeituras e qual o valor repassado pelas Prefeituras a cada professor?

E mais do que isso, Deputado Caíto Quintana, eu quero me associar à sua grave preocupação, saudar a sua presença nesta tribuna como a possibilidade de reinício de diálogo, porque eu percebo que a Bancada do PMDB veio maciçamente hoje a esta Casa, e quero dizer a outra coisa ainda, respondendo ao Deputado Paulo Furiatti, que de maneira nenhuma, pretendi assinar esta greve.

Nunca, e não discuti os números das reivindicações da APP, porque na verdade, deles nem tenho conhecimento. Antes li a carta do Secretário Belmiro Valverde Jobim Castor que muito gentilmente me encaminhou. No entanto, gostaria que o diálogo fosse restabelecido e que o Governo realmente provasse a sua austeridade e também gostaria de não ver mais no vídeo das televisões de Pernambuco, por exemplo, os anúncios do Governo do Paraná.

Era isso.

O Sr. Artagão Mattos Leão - Gostaria de um aparte, Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Eu lhe concedo.

O Sr. Artagão Mattos Leão - Deputado Caíto Quintana, no Estado do Paraná nós temos professores estatutários do Quadro Próprio do Magistério, aproximadamente em número de 33 mil funcionários...

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) O seu tempo está esgotado e a Mesa concede trinta segundos para concluir.

O Sr. Artagão Mattos Leão - Professores celetistas, 17 mil aproximadamente.

Mas, eu gostaria de felicitar Vossa Excelência pelo seu pronunciamento e dizer que o seu pensamento é o da Bancada do PMDB e que a Bancada, reunida com o Governador Álvaro Dias há poucos instantes, ouviu de Sua Excelência que o diálogo poderá haver sim, desde que os professores retornem às salas de aula, posição definitiva de Sua Excelência o Sr. Governador do Estado do Paraná e que a Bancada do PMDB, Deputado Caíto Quintana, fecha com Sua Excelência o Sr. Governador do Estado. Estará aqui na Assembléia fazendo sessão, defendendo a posição de Sua Excelência o Sr. Governador do Estado do Paraná.

Essa é a posição, também definitiva, da Bancada do PMDB.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - (Pela Ordem) O Sr. Presidente citou a conveniência do orador que se encontra na tribuna, a Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro cede o seu Horário de Liderança ao nobre Deputado Caíto Quintana.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Pela Ordem, concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) O Regimento da Casa, parece-me, não permite, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência...

(vozes paralelas)

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Sr. Presidente, Pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) ... eventualmente não há disposição sobre isto, mas...

O SR. ERONDY SILVÉRIO - (Pela Ordem) Exatamente.

Sobre o nobre Deputado que me antecedeu, leia melhor o Regimento da Casa.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência confere mais sete minutos e meio de tempo cedido pelo Partido Trabalhista Brasileiro.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Eu lamento a observação do Deputado Algaci Túlio...

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO - Sr. Presidente (Pela Ordem).

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Tem a palavra pela Ordem o Deputado Antônio Costenaro Neto.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO - (Pela Ordem). Eu gostaria que esta Casa fosse imparcial. Realmente eu também entendo que o Deputado Caíto Quintana esteja fazendo um brilhante pronunciamento, chamando-nos a todos que aqui estão, para a responsabilidade. E essa é a nossa grande preocupação também.

Mas eu gostaria que fosse feito jus porque eu fui impedido, nesta Casa, numa oportunidade, de usar o tempo do PDT que me foi cedido pelo Deputado Rafael Greca. E hoje Vossa Excelência está concedendo o tempo a um outro Partido.

Então, eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência informa que, se houve critério por parte do Presidente Deputado Antônio Annibelli, esta Presidência sempre concedeu essas...

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO - Era Vossa Excelência quem estava conduzindo... (Vozes paralelas)

O SR. RAFAEL GRECA - Pela Ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Pela Ordem concedo a palavra ao Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - (Pela Ordem) Sr. Pre-

sidente, em nada nos constrange que o Deputado Caíto Quintana fale por todo o tempo necessário, acho mesmo que nesse purgatório das dores atuais deve mesmo o PMDB falar bastante, porque há muito o que ser explicado. No entanto, eu peço à Mesa, formalmente, que se crie a jurisprudência...

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência informa ao nobre Deputado que, se Vossa Excelência conseguir um horário de uma outra Liderança, esta Presidência dará a Vossa Excelência.

O SR. RAFAEL GRECA - Está criada a jurisprudência para que possamos trocar os horários e...

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência, estando no poder, irá considerar sempre que necessário se outra Liderança lhe ceder o horário.

Com a palavra o Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente, tanta discussão por falta de inteligência.

Bastaria o Deputado Erondy Silvério ter assumido o Horário da liderança do PTB e eu gastaria todo o tempo dele em aparte sem a necessidade desta conversa inteira. No entanto, parece-me que, quando se procura tratar claramente as questões, existe a tentativa de cerceamento da palavra.

Eu não estou aqui, Srs. Professores, para contestar e ser contra o seu movimento.

Não gastem folha de papel para mandar às APP's do interior, posicionamentos de Deputados a favor ou contra o movimento, porque eu mandarei a cópia do meu discurso para as APP's do interior, às Associações de Professores, com as quais convivo e com as quais sempre tive participação fora do movimento de greve. Porque, quando surge o sorriso daqueles que aproveitam as galerias cheias, num momento de greve, de solidariedade, eu deixo uma pergunta no ar: quando essas mesmas pessoas aparecem, na hora de suas lutas, sem a greve, do professor em dificuldade no interior, quando estiveram discutindo com associações municipais de professores soluções para a melhoria do ensino? Quando aparecem? A não ser num instante de greve, para tirar proveito, e eu acho que o professor paranaense, pelo grau de capacidade que tem, não se pode dar o direito de ouvir o discurso fácil daquele que não está procurando encontrar o caminho.

Talvez não seja agradável a minha participação aqui na tribuna, mas por diversas vezes fui com a nossa Bancada tentar o

diálogo com o Governo. Fomos tentar buscar uma solução, quando nenhum outro atravessou a rua. Fomos buscar a solução para o fato e viemos aqui de cabeça erguida para dizer e repicar aquilo que o Líder da Bancada do PMDB disse.

O Governo do Estado, por uma questão de impossibilidade, não basta receber se não se pode dar, e não basta dar se não se pode pagar.

Existe uma responsabilidade maior naquele que tem que pagar a conta. Não adianta dizer ao professor: "Eu o recebo", se não puder atender a reivindicação. Não adianta dizer: "Vou atender a reivindicação", se não tem caixa para pagar! Não se pode fazer um empréstimo externo, Deputado Pedro Tonelli, para pagar a conta de funcionário público, sob a pena da falência de todo o poder público nacional, estadual e municipal! O dia em que esta Nação tiver que fazer empréstimo externo para pagar dívida de salário de servidor, é uma nação falida!

O Sr. José Felinto - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. CAÍTO QUINTANA - Na sequência.

Professora Isolde, eu lhe tenho o melhor respeito e da senhora as melhores referências. Nós estamos num momento de impasse. Nós estamos num jogo de braços. Alguém tem que ceder. Alguém tem que voltar ao entendimento.

Eu quero aqui neste instante, apelar, porque temos uma vírgula para tirarmos neste impasse que geramos. Vamos encerrar. Vocês podem não concordar, é uma proposta. Vamos encerrar de cabeça erguida. Recuar nunca foi prova de fraqueza. Muitas vezes é prova de inteligência, de coerência, de respeito e de valorização. A imprensa do Paraná aqui presente nesta sessão, poderá, indubitavelmente, avaliar o grau de capacitação, de maturidade do professor do Paraná, que soube encontrar o caminho para o diálogo.

Se a posição que eu não quero discutir, radical ou não, de um lado de não negociar enquanto perdurar o movimento e do outro é de não parar o movimento enquanto não negociar. Eu lhes pergunto: até onde vamos com isso? Vocês ficarão no Plenário. Nós precisamos e voltaremos a tratar, dentro de três, quatro dias, no máximo a semana que vem, outros assuntos do Paraná. O movimento começa a se esvaír por si só, porque deixa de ser notícia. Outros assuntos serão tratados, outros debates serão tratados no Plenário, esquecendo um movimento que parou porque os dois lados trancaram.

Quero fazer uma proposta, em nome da Bancada do PMDB: professora Isolde, APP,

professores, alguém de nós com dignidade vai ter que encontrar uma saída. Voltemos às aulas. Encerremos a greve.

Nós assumimos o compromisso de, imediatamente, conquistarmos uma audiência com o Governo, reabrirmos negociações e caminharmos para a busca do possível. As Bancadas de Oposição, eu sei que o farão. A Bancada da Situação, a Bancada do PMDB que aqui está me autoriza, na sua totalidade, a propor aos senhores professores, à APP, esta proposta. Paramos o movimento e imediatamente nos solidarizamos em busca do entendimento para encontrar o possível. Caso contrário, teremos que continuar nesta imposição de força dos dois lados, que vai nos levar ao desgaste total.

Eu tenho muito medo. Muita mesmo. Quero falar agora, aqui, na condição de alguém que foi professor, que tem uma irmã que é professora, que tem participação com núcleos, com associações de professores: existem momentos em que não recuar, não buscar o entendimento, é muito mais prejudicial perante o conceito da categoria, do que buscar a saída para o impasse gerado. Nós temos que encontrar a saída. Se os senhores nos dizem não, se o Governo nos diz não, nós continuaremos neste caso sem avanço nenhum. As crianças perdendo aulas, os professores com salários descontados, acirrando cada vez mais o descontentamento entre a classe, possivelmente com a contratação de novos professores, com reabertura de novas escolas. Então, companheiros! Eu acho que propor não ofende ninguém. O que temos que buscar é o diálogo. Estamos buscando. Estamos fazendo uma proposta pública, que pode não ser aceita, mas que não deixa de ser uma proposta. A proposta que os senhores, com plena razão, podem dizer não ao Governo. "Ele que nos receba antes e nós acabaremos depois".

É um direito também, só que o Governo diz que não; vocês dizem que não. Eu não sei se fica feio, pela maturidade de uma classe, deixo aqui minha proposta. Vamos pôr a cabeça no lugar; vamos deixar os incendiários de lado; vamos procurar uma solução para o impasse, e quero dizer mais uma coisa aos senhores professores: contem com a Bancada do PMDB para conduzirmos diálogos com o Governo, tão logo possível sejam reabertos. E o nosso pedido uma vez mais de que nós encerramos o movimento e nós entraremos imediatamente em campo para propiciar o entendimento da APP, dos professores com o Governo, na busca de uma solução.

Muito obrigado, nós voltaremos ao assunto.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Consulto a Liderança do PDC, se fará uso do seu tempo.

Com a palavra, o Deputado Edmar Luiz Costa.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ao início do atual Governo, esta Casa votou uma lei impondo a reforma administrativa na máquina do Estado do Paraná.

Com base nessa lei, uma das medidas tomadas por Sua Excelência o Governador do Estado, foi a extinção da EMOPAR e a criação em seu lugar, do DECOM.

A EMOPAR, não no atual Governo, mas de há muito tempo tem sido exatamente o espinho na garganta das obras administrativas do Estado do Paraná.

A EMOPAR foi criada com boa intenção, a de fiscalizar as obras financiadas ou pagas pelo Governo do Estado, na realidade se transformou num órgão que atrasa obras e gera prejuízos para o Governo, para as prefeituras municipais e para o povo do Estado do Paraná.

E depois da extinção da EMOPAR e a implantação do DECOM, as coisas estão piorando cada vez mais e, principalmente no setor educacional o Estado está sofrendo grandes prejuízos pela incompetência daqueles que estão no DECOM.

Eu tenho para citar, dois exemplos.

No dia 16 de março deste ano a FUNDEPAR repassou ao DECOM, a importância de Cz\$ 300 mil, que deveria, por sua vez, ser repassada a uma prefeitura do interior para o término da construção de uma sala de aula.

Dia 16 de março o DECOM recebeu o dinheiro da FUNDEPAR. Esse dinheiro chegou ao município apenas dia 7 de abril. Quase um mês depois, com a inflação galopante que aí está.

Mas as coisas estão piorando ainda mais no DECOM. Tenho mais um exemplo.

No dia 6 de junho deste ano, a FUNDEPAR repassou ao DECOM Cz\$ 100 mil para ressarcir uma prefeitura municipal, no restante da construção de uma sala de aula. Seis de junho deste ano. O DECOM somente mandou o dinheiro para o município no dia 27 de julho. Portanto, um mês e meio depois de ter recebido o dinheiro da FUNDEPAR.

Perguntarão os senhores. Haverá prejuízo nisso? É só consultar os índices de preços dos materiais de construção para se saber quanto o Paraná perdeu, quanto o município perdeu e quanto o sistema educacional do Estado perdeu.

Há necessidade de se perguntar. Por que a FUNDEPAR repassar o dinheiro para o DECOM, e este órgão reter esse dinheiro, se são as prefeituras do interior que estão realizando as obras e a função do DECOM é meramente a de fiscalizar, por que ele reter o dinheiro e fazer caixa? Ou se-

rá que o caixa do DECOM está furado?

Na realidade é um assunto administrativo que eu trago ao conhecimento do ilustre Líder do Governo nesta Casa e faço um apelo ao Governador Álvaro Dias, da extinção imediata do DECOM ou então que coloquem pessoas capacitadas para gerir este órgão e passe a fiscalizar a realização de obras e não a de reter dinheiro que não lhe pertence, mas que deve ser repassado às prefeituras municipais.

Trarei na próxima semana mais uma denúncia a respeito do DECOM. Consta que algumas prefeituras, principalmente a de Curitiba, não tem aceitado os repases do DECOM justamente em função dos atrasos que ocorrem. E o DECOM está realizando licitações em algumas obras, principalmente aqui no município de Curitiba. Trarei os dados logo em seguida. Trarei os dados as Vossas Excelências mas posso afirmar que a obra que o DECOM realiza diretamente, ou ele faz a licitação e administra a obra, que está custando quase três vezes mais o preço que é realizado pelos Prefeitos bem-intencionados do interior.

Concedo o aparte ao ilustre Deputado.

O Sr. Antônio Costenaro Neto - Deputado

Edmar Luiz Costa, Vossa Excelência realmente faz uma denúncia que nós não fizemos ainda através desta Casa, e pretendemos fazer dentro de poucos dias, estamos apenas aguardando o desfecho final, mas a bem da verdade é o seguinte: - se Vossa Excelência acompanhar os trabalhos do DECOM, ao final do exercício, Vossa Excelência vai encontrar um grande milagre administrativo! Fatalmente o DECOM que é naturalmente uma empresa meramente recebedora de recursos e que transfere, parece um grande milagre administrativo, um grande lucro, porque enquanto ele fica com 30,60 ou/90 dias com o dinheiro de obras públicas, naturalmente o DECOM está empregando este dinheiro em aplicações financeiras, em "over-night" em "open market" ou até em poupança, e no final então aparecerá um lucro muito grande, e aí surgirão os grandes administradores do Estado do Paraná, que, apenas manipulando recursos irão conseguir uma grande riqueza, e serão promovidos, tenha certeza disso, ao invés de extinção desse órgão.

O Sr. Nestor Baptista - Eu me inscrevo num aparte, nobre Deputado.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Logo em seguinte, meu caro Deputado Nestor Baptista.

Mais uma notícia, estampada no Jornal "O Estado de São Paulo", já há quase uma semana, eu ocupo o Horário do PDC, para fazer um apelo à Liderança do Governo, nesta Casa, para que o Governo forneça uma



aplicação ao Legislativo.

Éis a notícia publicada no Jornal "O Estado do São Paulo", sucursal Curitiba: - "O Governo do Paraná começou a repassar agora, às vésperas das eleições, os recursos destinados pelo Banco Mundial, em 1984, para assistência técnica aos Municípios, são cerca de 2 bilhões e 600 milhões de dólares. O contrato foi prorrogado pelo Estado duas vezes e termina em dezembro. Valmir Dalacosta, da Fundação e Assistência aos Municípios do Paraná, prefere não comentar os motivos que impediram a prestação dos serviços, durante anos, mas garante que o dinheiro será bem aplicado pelos Prefeitos.

Eu acredito que esta Casa merece um esclarecimento do governo do Estado.

Concedo o aparte ao ilustre Deputado Nestor Baptista.

O Sr. Nestor Baptista - Nobre Deputado, nós temos pouco tempo e eu agradeço. Eu apenas gostaria de esclarecer, esta preocupação com a EMOPAR, e o DECOM, isso é antiquíssimo, temos nos preocupado há muito tempo.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Eu salientei isso, inclusive, Deputado.

O Sr. Nestor Baptista - Vamos, imediatamente, contactar com o Deputado e Secretário da Administração, Mário Pereira, para que, realmente, se esclareça o assunto. Mas, eu gostaria também de solicitar ao Deputado Antônio Costenaro Neto, que tornasse a sua denúncia verdadeira, e que comprovasse esta denúncia. Até gostaria de deixar aqui um repto ao Deputado Antônio Costenaro Neto, quando faz uma denúncia grave, mas somente por ouvir dizer. Porque, na realidade eu tenho também, conhecimento, nobre Deputado Edmar Luiz Costa, de Prefeituras, cujo...

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Falarei oportunamente, Deputado.

O Sr. Nestor Baptista - Cujos dinheiro foi repassado e a Prefeitura não apresentou nem a Certidão do Tribunal de Contas e nem o projeto para a execução da obra.

Não é uma defesa ao DECOM! Nós vamos trazer aqui os esclarecimentos que Vossa Excelência solicita e educadamente cobra, aliás, cobra com muita razão, essa é a nossa obrigação aqui, quando também fazemos denúncias, e comprovamos a denúncia feita.

Muito obrigado.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Eu agradeço a atenção do Deputado e peço apenas 10 segundos para fazer um apelo ao Senhor

Governador do Estado, Alvaro Dias.

Não entro no mérito se as professoras estão corretas ou não em todas as reivindicações que fazem, mas eu acredito que, num regime democrático, que o papel de qualquer governante, de qualquer homem público, esteja no Executivo ou no Legislativo, é de estabelecer o diálogo!

Nós solicitamos ao governador do Estado dialogar agora, com greve ou sem greve. Não significa recuo e não é demérito para nenhum homem público. Vamos recomeçar o diálogo com greve ou sem greve, para encontrarmos o caminho correto para o Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Consulta a Liderança do PL se fará uso do seu tempo.

Com a palavra o Deputado Ezequias Lossó.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Sr. Presidente, Senhores e Srs. Deputados.

Na sessão de ontem, tive a oportunidade de ocupar esta tribuna no Horário reservado ao Partido Liberal, para fazer algumas colocações, e em diversos pontos coincidem com o pronunciamento apresentado pelo eminente Deputado Caíto Quintana, nesta tarde.

Difere, entretanto, em alguns, que considero muito importantes nesta fase em que estamos vivendo na história do Magistério paranaense, isto porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, temos desde os primeiros instantes do movimento dos professores, e já se esboça um movimento de funcionários públicos também, procurado encarecer a importância do diálogo, da negociação, para que se encontrem fórmulas que venham atender da melhor maneira possível as partes envolvidas, de tal modo que não haja vencedor e nem vencido. Mas haja, sim, uma solução que venha até psicologicamente atender os anseios próprios do ser humano.

Já no meu quarto mandato de Deputado Estadual, trago a experiência de outras ocasiões semelhantes a esta: Governos Jayme Canet, Ney Braga e João Elísio. E esta postura eu sempre adotei em todos estes Governos. Estão aí os Anais históricos para comprovar, sugerindo e apelando para a negociação.

Mas apenas como eu estava dizendo há alguns pontos que divergem do pronunciamento do eminente Deputado Caíto Quintana. Quanto a deixar o diálogo para após a entrada dos professores em sala de aula, terminada a greve.

Não foi isso o que eu ouvi em outras ocasiões, por parte de eminentes homens públicos que prestaram e prestam seus serviços nesta Casa. Mas diziam eles da ne-

cessidade de uma negociação urgente para resolver o impasse.

E houve a negociação urgente, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Houve a formação, já no passado, de comissão composta de Deputados de todos os partidos políticos que foram dialogar com as partes envolvidas e chegaram a algum resultado. Não ao resultado desejado, não ao ideal, mas chegaram a algum resultado.

Talvez inspirado nisto o eminente Deputado Basílio Zarusso, um dos nomes ilustres desta Casa de Leis, já cumprindo o seu quinto mandato, com galhardia, com desprendimento, sem alardes, mas com seriedade, redigiu um requerimento que tive a honra de subcrever, propondo exatamente isto, forme-se uma comissão de representantes do povo para buscar, através do diálogo, sem qualquer paixão política, porque todos os Partidos poderão estar representados ali, a solução para o impasse. Se for ou não possível essa comissão concluirá, e explicará as razões do Governo, as razões do funcionário, enfim, são pessoas responsáveis os integrantes desta Casa de Leis.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Estou aguardando o aparte de Vossa Excelência, nobre Deputado.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Logo mais concederei, nobre Deputado.

Mas, por que negar essa possibilidade? Não vejo razão! Ou nós desconfiamos da capacidade de ação de um Deputado Estadual? Eu não desconfio da capacidade de ação, ao contrário, eu confio no discernimento, no espírito elevado, no paranaense de todos que estão com assento nesta Casa de Leis, sejam integrantes do PMDB, sejam integrantes de outras Bancadas. Representamos segmentos importantes da sociedade paranaense, e ninguém é dono dessa cadeira, e sim o povo do Paraná, e a ele nós devemos obrigações, atenções e desempenho. Por isso eu acho ser a solução mais adequada para esse impasse, a formação dessa Comissão.

Concedo o aparte ao eminente Deputado Dirceu Manfrinato.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Eu vou agradecer a Vossa Excelência, uma vez que o seu horário já está terminando, mas em seguida pedirei por Questão de Ordem à Presidência e gostaria que Vossa Excelência permanecesse na tribuna, porque exatamente vou levar ao conhecimento de Vossa Excelência um caso que ocorreu anteontem, e que Vossa Excelência, como eu, também é Deputado do Município.

Eu já peço em seguida a Questão de Ordem.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência informa que o seu tempo se encontra encerrado, e tem 30 segundos para concluir.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Eu passaria esse tempo ao Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Pela Ordem, concedo a palavra ao nobre Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu gostaria de registrar nesta Casa, a minha gratidão ao Governador Álvaro Dias, e talvez o ilustre Deputado que não teve ainda, a oportunidade de ter conhecimento do que ocorre constantemente no Município do Norte do Paraná, Tuneiras do Oeste. Vossa Excelência, como segundo mais votado, quero comunicar que cheguei essa madrugada do interior do Paraná, estive em Tuneiras do Oeste no domingo, reunido com as lideranças políticas e comunitárias; Vossa Excelência sabe que o Paraná sofre hoje uma estiagem violenta, massacrando, prejudicando todos os trabalhadores de nosso Estado. Uns duzentos bôias-frias foram até a Prefeitura de Tuneiras do Oeste, aonde não tem alimentação, não existe nenhuma condição da maneira em que se encontram. Vossa Excelência, ilustre Deputado, sabe perfeitamente que com essa estiagem não há espaço de trabalho, não existe trabalho para os bôias-frias. Eu solicitei através do telefone, ao Governador Álvaro Dias, providências, e as providências serão tomadas; porque se não fizermos isso aos bôias-frias, que são homens que não têm emprego definido, são homens que não sabem o caminho para trabalhar, são homens que não tem cheques especiais, esses tem que ser respeitados, também pelo Governo, como todos os segmentos da sociedade.

Comunico a Vossa Excelência, como Deputado que é de Tuneiras do Oeste também, que o Governo do Paraná, Álvaro Dias, já está tomando as devidas providências.

Muito obrigado Senhor Presidente, muito obrigado Senhores Deputados.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Fico satisfeito, Senhor Presidente, em ouvir esta informação do nobre Deputado Dirceu Manfrinato que está cumprindo com aquela nobre função, de representar aquele povo bom e trabalhador de Tuneiras do Oeste.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Consulto a Liderança do PT se fará uso do

seu t...o.

Com a palavra o Deputado Líder do Partido dos Trabalhadores, Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores e Senhoras Deputadas, demais presentes, professores, organização dos pais, que aqui estão, funcionários e demais trabalhadores aqui presentes.

Primeiro, gostaria de dizer a todos, que desde o primeiro dia do meu mandato neste Parlamento, em nenhum momento tive a preocupação em fazer demagogia, a preocupação eleitoreira e de interesse pessoal.

Desde o primeiro dia do meu mandato, sempre procurei trazer como preocupação a este Parlamento, a preocupação que também é do meu Partido, de representar a classe trabalhadora paranaense.

O líder da Bancada do PMDB, bem como o representante peemedebista que usou a tribuna nesta tarde dizendo, que neste Parlamento está havendo uma insuflação à movimentação do magistério paranaense.

Não podemos deixá-lo sem resposta. Ouvi atentamente o pronunciamento da Bancada Governista do PMDB e do PTB, e cheguei à conclusão, que depois de uma semana de omissão, algo novo está acontecendo. E, a única suspeita, creio eu, tenha sido o almoço da Bancada peemedebista com o Governador Álvaro Dias, regada a Chitãozinho e Xororó.

Será, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que se pode afirmar que há demagogia dos Parlamentares neste Parlamento; eu como representante do Sudoeste sou testemunha, que durante a campanha eleitoral de 1982, este mesmo Deputado que usou a tribuna, acompanhado do Deputado Federal, na época, Deputado Sebastião Rodrigues, afirmava em praça pública, de alto e bom som, fazendo apelo às Senhoras dos trabalhadores rurais, que fossem acender velas no Banco do Brasil, porque lá estavam os seus esposos, os proprietários agricultores sepultados.

Hoje, Sebastião Rodrigues é chefe da Carteira Agrícola do Banco do Brasil. Caíto Quintana os defende: e a fila dos sem-terras é fruto da expulsão da terra e do sepultamento de muitos agricultores, no Banco do Brasil, da rede aqui do Estado do Paraná.

Isso é demagogia. Então, se existir demagogia aqui dentro, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é porque existem bons professores, professores de demagogia, que são aqueles que governam, e que chegaram ao Poder através da demagogia.

Insuflar os professores, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é não ter capacidade de arrecadar o ICM.

Vamos, Senhores Parlamentares, dar uma folheada nos Diários Oficiais destes anos

e vamos ver publicado, lá, vários termos de dilatação de prazo de arrecadação de ICM. De grupos empresariais que deixam de pagar por 4 meses, 6 meses, 8 meses, 10 meses, 1 ano. ICM que pagará defasado...

O Sr. Caíto Quintana - Permite-me um aparte, Deputado?

O SR. PEDRO TONELLI - ... Na sequência eu lhe concedo...

O Sr. Caíto Quintana - Permita-me um aparte para eu poder dizer que Vossa Excelência não está falando a verdade...

O SR. PEDRO TONELLI - Vossa Excelência teve quarenta minutos para falar...

O Sr. Caíto Quintana - ... Mas não menti!

O SR. PEDRO TONELLI - E eu só tenho cinco minutos...

O Sr. Caíto Quintana ... e Vossa Excelência não dá o aparte porque não está falando a verdade...

(Conversas paralelas).

O SR. PEDRO TONELLI - Não é capaz de arrecadar, não pode culpar paranaenses e debitar nos salários dos servidores públicos do Paraná...

(Conversas Paralelas).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência pede aos Senhores Deputados que se mantenham calmos e solicita ao Senhor Deputado que se encontra na tribuna...

O Sr. Nestor Baptista - Pela Ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Pela Ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Nestor Baptista.

O Sr. Nestor Baptista - Senhor Presidente, de acordo com o Regimento Interno é facultado a qualquer Deputado, solicitar o aparte, tem a faculdade também o Deputado que ocupa a tribuna de dar ou não este aparte.

Mas, ao mesmo tempo, nobre Presidente, há uma necessidade de termos a verdade...

O Sr. Basílio Zanusso - (Pela Ordem) Sequestão de ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Está falando, pela ordem, o Deputado Nestor Baptista.

O Sr. Nestor Baptista - ... de termos a verdade colocada, sob pena de termos uma sessão tumultuada e o fato levantado pelo Deputado Pedro Tonelli não é verídico e, portanto, deve ser reparado. Nós estamos falando demais no vazio demais na base do ouvir dizer, e eu gostaria de ter a comprovação numérica e a denúncia do que está sendo feito. Na mentira a nossa Bancada não pode ficar calada, Senhor Presidente.

Então, gostaríamos que o Deputado Pedro Tonelli usasse da verdade no seu horário para que tivéssemos uma sessão tranqüila. Muito grato ao nobre Deputado por ter me ouvido, Senhor Presidente.

O Sr. Basílio Zanusso - (Pela Ordem) Senhor Presidente, entendi que o Deputado Caíto Quintana usou o Grande Expediente e o Expediente que cabe os minutos do PMDB e do PTB. Portanto, ficou quarenta minutos, Sua Excelência o Deputado que está na tribuna, não tem nenhum momento, a mais, portanto, requeiro, a Vossa Excelência que permita ao Deputado usar dos poucos minutos que ele dispõe, porque o PMDB já falou quarenta minutos.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência vai assegurar os minutos que cabe à Liderança do PT. Continua com a palavra o Deputado Pedro Tonelli. Dois minutos de prorrogação que houve.

O SR. PEDRO TONELLI - Muito obrigado, Senhor Presidente.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, porque será que o Estado do Paraná não tem caixa para pagar os professores, para pagar todos os funcionários públicos e tem caixa para pagar tanta obra injustificável aqui no Estado do Paraná? Porque o Estado do Paraná ....

O Sr. Nestor Baptista - Se Vossa Excelência me conceder um aparte eu digo a Vossa Excelência o porquê.

O SR. PEDRO TONELLI - ... Porque o caixa do Estado do Paraná tem dinheiro para construir 17 km de asfalto para supervalorizar três fazendas de fazendeiros no município de Matelândia e não tem dinheiro para pagar salário e para reforma agrária do Paraná....

O Sr. Nestor Baptista - Vossa Excelência me concede um aparte que eu lhe respondo.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, isso é insuflar a população. É um exemplo de insuflação. Porque é que nós temos que debitar nas

contas dos trabalhadores a inflação de mil por cento, de mil e duzentos por cento no aumento do poste, concordo. No aumento das taxas, concordo. Porque os trabalhadores assalariados têm que pagar com o arrocho salarial.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu faço mais um apelo para finalizar, o último apelo, o derradeiro: à Bancada Governista que foi tentado durante sete dias em clima de paz, em clima de ordem, em clima de harmonia, para reabrir o diálogo, porque esta tentativa faz dez meses...

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Vossa Excelência tem mais 30 segundos para concluir.

O SR. PEDRO TONELLI - Muito obrigado, Senhor Presidente. Durante dez meses nas salas de aulas eles tentaram e não foram ouvidos.

Eu gostaria, Senhor Presidente, que déssemos um voto de confiança às Bancadas de Oposição, que sentarão junto com os professores, de um lado da mesa e do outro lado o Governador juntamente com a sua Bancada, discutindo aquilo que é de interesse do Governo, não de papagaio não, debatendo.

Vamos aprovar esse requerimento, porque se a bancada do PMDB não foi capaz, nós das Oposições vamos tentar, vamos confiar e tentar a última chance.

Era isso, Senhor Presidente.

Era isso, Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Consulta a Liderança do PFL, se fará uso do seu tempo.

Com a palavra o Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhoras e Senhores Deputados.

Eu não tenho muito a dizer do que disse ontem, falamos desta tribuna acerca do movimento grevista que envolve os professores do Paraná.

Mas, ouvindo atentamente as palavras do discurso moderado, equilibrado, inteligente do Deputado Caíto Quintana, que entendi tenha falado Sua Excelência, em nome da Bancada. Parece que assim o disse o Deputado Artagão Mattos Leão e também os apartes concedidos por Sua Excelência aos Deputados Paulo Furiatti, Erondy Silvério de maneira inteligente o Deputado Caíto Quintana, dizer que esta greve é fruto de uma habilidade política partidária, já que vivemos em plena campanha eleitoral para substituição dos Prefeitos, vice-Prefeitos e Vereadores.

Quero dizer a esta Casa, que eu não fui convidado e nenhum integrante da nossa Bancada, em instante algum, a participar desta greve, especialmente no seu inter-rampimento, não fomos consultados, nem comunicados, tivemos conhecimento da greve dos Senhores professores, pela imprensa, aliás pouco divulgada a presença dos senhores professores aqui.

Não há, portanto, nenhum vínculo político partidário envolvido na greve dos professores do Estado. Sobre as dificuldades que falou o Deputado Caíto Quintana, que contou sua Bancada e seus ilustres integrantes para virem no cumprimento de mais um mandato, sabe também Sua Excelência quão difícil fora para nós de outros partidos, que não dispomos do discurso fácil, do Plano Cruzado, do Governador José Richa, do Palácio Iguazu e da grande maioria nesta Casa e nas Prefeituras, muito mais difícil quero crer para nós.

Mas nós queremos também, neste instante, não tornar as coisas mais difíceis, e a minha presença aqui é para reiterar, sob forma de apelo até a aguerrida Bancada situacionista, para que vote o requerimento de autoria de vários Deputados que compõem as Bancadas que não são do PMDB, porque antes até de encaminharmos à Mesa este requerimento que será submetido à apreciação do Plenário logo mais nós procuramos contactar com as Lideranças do PMDB, do Governo e da Bancada para, inclusive, tornar desnecessária a apreciação, e a discussão deste requerimento aqui em Plenário, porque não nos anima nenhuma intenção se não a de que o Poder Legislativo possa oferecer uma contribuição positiva nesse impasse, nessa distância, Palácio Iguazu - Magistério do Estado. E não vejo porque não agir assim, não proceder assim a Bancada do PMDB deixando de votar um requerimento, cuja Bancada participará inclusive, com número maior a que tem direito até, devido a sua representação, mas ouvir do Senhor Governador por quem fora autorizado dizer os números possíveis, como falou o Deputado Caíto, e os impossíveis, apreciar o rol das reivindicações, e o Governo do Estado tem sem dúvida alguma, elementos para dizer, para transmitir aos professores através até dessa comissão, se for o caso, quais as condições reais, financeiras, econômicas, do Estado. Esta é a nossa intenção e a pretensão primeira.

O Sr. Nestor Baptista - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Antes de conceder o aparte ao ilustre Deputado, Líder do Governo, Nestor Baptista, eu concedo ao Deputado Rafael Greca que havia, inicialmente, solicitado.

O Sr. Rafael Greca - Deputado Basílio Zanusso, em homenagem à sua serenidade e em homenagem ao retorno da Bancada do PMDB a esta Casa, depois de sete dias, e também a serena intervenção de reportar alguns pontos do Programa do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, em exemplar que tenho assinado pelo Dr. Ulisses Guimarães, que faz parte de minha Biblioteca, no tempo em que ele ainda não estava investido da tríplice tiara de poderes que hoje ostenta.

O PMDB defende o direito de greve garantido constitucionalmente e exercido livremente, mediante deliberação dos interessados, sem proibição do seu exercício por qualquer categoria.

O Partido considera urgente estabelecer formas de representação que permitam aos servidores públicos a defesa dos seus interesses duramente prejudicados pelo arrocho salarial do regime.

Em continuação, Excelência: o PMDB defende o salário móvel e considera que a reposição do poder de compra dos salários deve ser feita cada vez que a elevação do custo de vida ultrapasse 10% como forma de evitar que a desvalorização da moeda anule os efeitos dos reajustes nominais sobre o poder aquisitivo dos trabalhadores.

O Sr. Nestor Baptista - Está cumprindo plenamente isto aí.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência informa que o seu tempo se encontra esgotado. Tem mais 30 segundos como demos de praxe a outras Lideranças, para concluir.

O SR. RAFAEL GRECA - São sete minutos e quarenta e quatro, Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Sete minutos e trinta segundos.

O Sr. Rafael Greca - (Aparte) A prioridade ao ensino básico é também defendida pelo PMDB e implica em melhorar substancialmente os salários dos professores que figuram entre as camadas mais oprimidas pela política salarial do regime.

Onde está a mudança? O Estatuto está aqui.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Deputado Rafael Greca, lamentavelmente o Deputado que deveria ler o Estatuto parece não ser Vossa Excelência, e recomendo a leitura.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência informa que seu tempo está esgotado.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Consulto a Bancada do PDT, se me concede um minuto apenas do seu tempo.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Com a licença da Liderança do PDT foi concedido um minuto.

Esta Presidência defere.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Concedo o aparte ao Deputado Nestor Baptista, por 30, 40 segundos.

O Sr. Nestor Baptista - Deputado Basílio Zanusso, eu vou até me inscrever, já que há esse entrosamento tão grande entre o PFL e o PDT para um aparte ao Deputado que usará a Liderança do PDT, porque se cobra muito mas não se dá o espaço de se falar. O Paraná está pagando neste ano - e falo de número, falar em salário, mexer no bolso dos outros, ninguém gosta, eu não gosto que mexa no meu e Vossa Excelência não gosta que mexa no seu - 272 milhões de dólares de dinheiro evidentemente emprestado para o Paraná, com o compromisso de 440 milhões de dólares para o ano de 1989, não foi dívida contraída agora, não no Governo do PMDB.

Então, nobre Deputado, precisamos entrar no que disse o Deputado Caíto Quintana...

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência informa que o tempo solicitado pelo nobre Deputado na tribuna, está encerrado.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Eu agradeço o minuto que me foi concedido e peço desculpas ao Deputado Nestor Baptista, porque não era o meu propósito que fosse interrompido, já que ele falou em dólares, na oportunidade é bom que ele fale dos dólares do endividamento do Paraná que já chegou a quase dois bilhões de dólares.

O Sr. Nestor Baptista - Pois é. Se Vossa Excelência me concedesse o aparte, eu mostraria que os números são irreais. Não existe esse número, nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência concede a palavra à Liderança do PDT por seis minutos e trinta segundos, descontado um minuto concedido ao Deputado Basílio Zanusso.

O SR. RAFAEL GRECA - Por 7 minutos e meio, Senhor Presidente.

Para a verdade não basta a opinião de um, embora possa bastar, por exemplo, para a amizade ou para o amor. A Assembléia da maioria do PMDB - esta é a minha visão da verdade - neste ano retirou deste Parla-

mento a prerrogativa de definir a política de reposição salarial dos funcionários públicos deste Estado, dos segurados da Assembléia e dos servidores públicos estaduais, inclusive dos senhores professores.

Enquanto a justiça insiste na igualdade - e se falou tanto em justiça nesta tarde -, a clemência insiste na desigualdade. Eu não vejo em que ofenda o Governador chamá-lo de príncipe na categoria filosófica de Maquiavel, quando eu falo exatamente na ruptura do diálogo e na injustiça que existe quando não se insiste na igualdade e se trata o diálogo com os oprimidos pelos salários miseráveis, como se fosse um ato de clemência.

Jamais assinei, e os Deputados do PDT não assinaram esta greve, nem nenhuma greve. A economia, movida sobre rodas deste País que explodiu como um abscesso pestilento, viu ontem a alta da gasolina para 162 cruzados o litro com impostos embutidos, do álcool para 112 cruzados o litro - é o segundo aumento em menos de 30 dias -, do gás de cozinha, do óleo diesel, das tarifas de energia elétrica, de água e esgoto.

Há um plano econômico do PMDB em vigência. Há um Governo que fala em política de "feijão com arroz" e há também um povo de panela vazia. Aonde estão os economistas de plantão? Talvez de plantão esteja um ladrão voraz que devora o nosso bolso. Aonde a austeridade do Governo, no momento em que anuncia em rede nacional de televisão a luta do Paraná na luta de Maguila? Quanto terá custado a parceria do Governo do Paraná com o lutador Maguila, há uma ou duas semanas atrás em rede nacional de televisão?

Não adianta descartar o Presidente José Sarney, ele faz parte deste ringue, é peso-pesado desta luta e tem responsabilidade em cima deste Palácio donde o Governador voou, como anjo tutelar, para garantir-lhe os cinco anos de mandato. Não o ofendo chamando-o de anjo tutelar, pois, não há ofensa na verdade, não há ofensa na verdade! Há só ofensa na violência dos números.

Nós temos duas moedas: a OTN e os cruzados! Os cruzados vos pagam, pagam a mão que espanca, pagam a mão que faz greve, pagam a mão que ensina. Os cruzados nos pagam e as OTN's nos cobram. As OTN's nos cobram! E as OTN's também grafam a luta do Maguila e os minutos preciosos na rede nacional do "austero comercial", porque, afinal de contas, claro, os seringueiros da Amazônia precisam conhecer do Governo do Paraná a "força" e a "glória".

Há que se pensar na próxima geração e não na próxima eleição. Há que se discutir a lei de meios deste Estado com exaustão.



Com o empenho pessoal das Excelências, todas que voltaram do almoço em Palácio e das outras que não fomos os convidados. Há que se discutir essa lei de meios, exaustivamente. Há que se publicar boletins de arrecadação. Gastos de governo com os anúncios nas televisões fora dos limites territoriais do Estado. Há que se silenciar a listagem dos funcionários, todos os funcionários do Estado e os seus custos. Há que se publicar tudo isso. Porque quando a Nação explode como um abscesso pestilento, assim como quem paga, tira do cofre que arrecada, também, quem acusa tem que dar satisfações dos seus atos. O Poder é um exercício de responsabilidade.

Nós não tiramos dos nossos ombros a grave responsabilidade de atender a população do Paraná em todas as suas reivindicações: das escolas rurais, dos professores oprimidos, pelo salário surrupiados nas prefeituras de prefeitos vorazes esses celetistas oprimidos, até a pavimentação das estradas para que escoem as safras. Nós não tiramos dos nossos ombros estas responsabilidades, no entanto, lamentamos que nem sempre existe esta disposição de diálogo, de devorar o tempo "parco" da Oposição! Nós precisamos de muito diálogo e de muitas sessões. Eu darei apartes amanhã, inscrito no Grande Expediente. Por quê? Para mostrar, Senhores Professores, Senhores Deputados, que existe uma violência nos números, que confiscam o salário dos trabalhadores, de todas as categorias e existe também uma violência quando o governo diz que não há uma greve - na televisão em rede estadual -, que só 20% dos professores estão em greve e, diante de nós, para provar que o governo mente, estão os professores do Paraná, de todas as cidades, enchendo esta Assembléia.

Não assino a greve, Senhor Presidente, mas assino o direito reivindicatório de todos os trabalhadores, inclusive dos empregados pelo serviço público estadual, como responsabilizo, os Deputados do PMDB ou o governante, por terem abrido mão do papel da Assembléia de discutir os reajustes salariais e transferindo-os para o Governador em Palácio.

Era isso, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Está encerrada a hora do expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de

apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme anexo distribuído aos Senhores Deputados:

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 146/87, de autoria do Deputado Artagão Mattos Leão, que estabelece o Ensino obrigatório de táticas de prevenção contra a AIDS, em toda a Rede Estadual de Ensino do Paraná, conforme especifica. Com PARECERES CONTRÁRIOS da C.C.J. e C.E., por unanimidade, e PARECER FAVORÁVEL da C.S.P., por unanimidade. Com EMENDA DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA. Em votação a Emenda. Aprovada.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 270/87, de autoria do Deputado Lindolfo Júnior, que dispõe sobre a obrigatoriedade da utilização de atores habilitados e residentes no Paraná nas campanhas publicitárias do Governo Estadual, tanto na mídia eletrônica como na mídia impressa. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.R.H. e da C.C.E., por unanimidade, na forma de EMENDA SUBSTITUTIVA da C.C.J. Com EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA. Em votação a emenda. Aprovada.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 63/88, de autoria do Deputado Homero Oguidó, que denomina de Estrada Doutor Landulfo Mendes de Souza, a estrada que liga a Cidade de Cambé ao Distrito de Vila Prado Ferreira, no Município de Mirassol, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 94/88, de autoria do Deputado Acyr Mezzadri, que declara de Utilidade Pública a "Associação dos Moradores de Campo Alto II", com sede e foro na Cidade de Colombo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 101/88, de autoria do Deputado Pirajá Ferreira, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DO JARDIM PLANALTO, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 113/88, de autoria do Deputado Anibal Khury, que transfere ao filho deficiente do beneficiário original, Senhor Adão Afonso Kartkoph, a pensão concedida através da Lei promulgada nº 46/64 de 14.09.64. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 138/88, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública, a ASSOCIAÇÃO LAR MOSSUNGUE, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Sobre a Mesa, requerimento de nº 213, de Líderes de diversos Partidos Políticos, constante do expediente de sessão anterior. Rejeitado.

O SR. PEDRO TONELLI - Pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Pela Ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu requero verificação de votação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Senhor Presidente, é matéria vencida.  
Vossa Excelência já anunciou o resultado. Não cabe mais verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Mesa informa que cabe e fará a verificação de votação.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, solicito chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Mesa defere e fará a chamada nominal dos Senhores Deputados.  
(Faz soar os tímpanos).

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Anibal Khury) Procede à chamada nominal.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Pela Ordem, Senhor Presidente, retiro o pedido de chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência defere e fará a verificação de votação.

O SR. ALGACI TÚLIO - Pela Ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Pela Ordem concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) - Eu havia solicitado inicialmente a chamada nominal, antes do Deputado Domingos Scarpellini, e não retirei, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência, então, defere e continuará fazendo a chamada nominal dos Senhores Deputados. Por gentileza, Senhor 1º Secretário.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Anibal Khury) - Dá sequência à Chamada Nominal e também procede à 2ª chamada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Trinta e um Senhores Deputados responderam à chamada. Há "quorum" para deliberação e votação.

Os Senhores Deputados que aprovam o Requerimento, queiram levantar-se.

Os Senhores Deputados que rejeitam o Requerimento, queiram levantar-se.

Vinte Senhores Deputados REJEITAM. Onze APROVAM.

Está Rejeitado o Requerimento.

Requerimento de nº 226, de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior. Em votação.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Pela Ordem, Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Pela Ordem. Eu quero deixar registrado o meu voto favorável a este requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Já foi consignado em Ata.

O SR. ALGACI TÚLIO - Pela Ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Pela Ordem, concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) - Eu quero também, consignar o voto deste Deputado, do Deputado Valderi Mendes Vilela e Rafael Greca também da Bancada do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Será anotado o voto favorável dos Deputados do PDT.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Pela Ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Pela Ordem concedo a palavra ao Deputado Artagão Mattos Leão.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem) É para consignar em Ata o voto contrário da Bancada do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Será consignado em Ata.

O SR. RAFAEL GRECA - Eu quero encaminhar, Senhor Presidente, o voto de pesar pelo falecimento do Senhor Kirchgassner.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - (Para encaminhar) - O Senhor Frederico Kirchgassner, morador desta Cidade de Curitiba e funcionário da nossa Prefeitura, arquiteto brilhante, introdutor do método "Bauhaus" na arquitetura contemporânea do Paraná; inclusive autor de uma belíssima casa modernista, que fica à rua Jaime Reis, abandonou a Alemanha exatamente ao tempo em que se armava a opressão do nazismo. Foi ao seu tempo e durante a sua vida um libertário. E era meu amigo. Quero, no momento em que se registra a sua despedida da comunidade paranaense, ele que entre outras obras assinou o projeto de construção dos portões do Passeio Público da Cidade, ele que ao tempo que se fazia uma arquitetura quadrada, copiando os modelos neo-clássicos importados da Europa, modelos estes trazidos de neo-classicismo europeu ou do neo-gótico europeu, feitos com moldes de gesso, ele inovou e criou.

Quero, no momento em que faço-lhe memória e justiça, exortar o povo do Paraná para um compromisso com o novo, com o libertário, com o generoso e com o belo! Sejam todos os paranaenses, dos Deputados aos alunos que estão nas escolas, libertários defensores do novo. Não caibam nas espinhas dos paranaenses, as dobradiças que se inclinam diante dos donos do poder! Possa a gente honrar o sonho deste imigrante, que introduziu a arquitetura modernista, que estabeleceu parâmetros de dignidade e de honradez, que neste momento, em que ele passa para a eternidade, depois de 89 anos de vida fecunda, não estão sendo respeitados na nossa comunidade, no momento em que se avilta, inclusive, a classe dos que lecionam e dos que preparam a esteira do futuro.

É este o meu pesar, porque o Paraná perde Frederico Kirchgassner, pioneiro da

"Escola Bauhaus", que rompeu os padrões estabelecidos da arquitetura contemporânea e inovou pela vez primeira, nesta Cidade, com uma casa modernista. Mas, o Paraná também perde a chance de ter, entre os seus políticos, inclusive os com assento nesta Assembléia, arquitetos de linhas novas e de tempos novos.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Em votação o Requerimento do Deputado Ezequias Losso. Aprovado.

Requerimento de nº 231, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 230, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 219, de autoria do Deputado José Felinto, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 220, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 221, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 222, de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 223, de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 224, de autoria do Senhor Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 225, de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 211, de autoria dos Senhores Deputados Raul Lopes, Ferrari Júnior, Antônio Bárbara e demais Senhores Deputados, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 212, de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. - À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 217, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 183, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do

expediente de sessão anterior. Em votação.

O Sr. Algaci Túlio- Para encaminhar, Senhor Presidente.

O Sr. Pedro Tonelli- Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Para encaminhar)- Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Professores, falou-se muito nesta Casa, hoje, em democracia. Falou-se até em transparência, em justiça, em Poder Legislativo. Falou-se em valorizar esta Casa e tantas coisas maravilhosas que em outras Sessões, nesta mesma Casa, lamentavelmente, não se falou pelo silêncio e não se respeitou, também, as Bancadas de Oposição.

Hoje, para os Senhores que saírem ou que permanecerem nesta Casa, tiveram a idéia de que aqui se discute, com o devido respeito, até posso entender assim, mas se discute com o direito de que todos possam realmente discutir da melhor maneira possível, até mesmo com toda a liberdade que se dá, mas, esta não é bem a verdade. Vocês verão na sequência e já viram anteriormente, que os requerimentos em que as Bancadas da Oposição pediam uma comissão para dialogar com o Governador do Estado, foi rejeitado. E nesta Casa dificilmente passa um pedido de informações, porque a Bancada Majoritária acaba rejeitando.

E este pedido de informações é baseado no seguinte teor e espero que a transparência e a justiça que prega este Governo aceite este meu pedido.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, Requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado a esta Casa dentro do prazo previsto por lei, resposta ao seguinte pedido de informações. Uma das poucas coisas que ainda resta ao parlamentar que é a maneira de tentar fiscalizar o Governo do Estado.

1) Quanto tem custado aos cofres públicos as repetidas aparições de Sua Excelência o Senhor Governador do Estado em rede de rádio e televisão pronunciamentos visando desacreditar junto à opinião pública o legítimo movimento reivindicatório da sofrida classe dos professores e servidores públicos do Estado.

2) Quanto tem custado aos cofres públicos as inserções publicitárias apregoando obras governamentais, qual a justificativa para tal gasto com publicidade se obras públicas executadas, planejadas visando superiores interesses da população não precisam nem devem ser apregoadas aos

quatro ventos com custos incalculáveis, mas se realmente necessárias mereciam o espontâneo reconhecimento popular.

3) Quanto custou aos cofres públicos a publicidade inserida em horário nobre no último domingo, antes da "luta de box", em Londrina, apregoando as virtudes de um Governo cujas obras estão sendo realizadas às custas de um arrocho ilegal, inconstitucional, imoral sobre, a cada vez mais pisoteada classe dos servidores públicos estaduais, sem a qual governo nenhum teria condições de realizar o que quer que fosse.

O presente requerimento, Senhores Deputados, antes de qualquer conotação oportunista tem como finalidade principal restabelecer a verdade no que diz respeito ao tratamento desumano dado pelo Senhor Governador aos servidores públicos do Paraná, Estado onde só existem "marajás", no mirabolante modo de ver do Excelentíssimo Senhor Governador. E talvez possa existir alguns de verdade, nas cercanias do gabinete governamental.

É bom que se frise aqui, ao contrário do que apregoou o Senhor Álvaro Dias, que os mais altos salários de servidores do Estado do Paraná, não chegam à metade, ou quem sabe 1/3 daqueles servidores civis, militares, que foram imputados em outros Estados.

Pelos motivos expostos contamos com o indispensável apoio dos nobres Deputados. E com o que o presente subscreve, Deputado Algaci Túlio.

Com o tempo que me resta ainda, quero dizer que na semana passada, o primo do Prefeito Roberto Requião de Mello e Silva, o advogado Renato Requião num artigo publicado, em opinião pessoal do Jornal "Correio de Notícias", diz: "A era da fatura na imprensa".

A era da fatura na imprensa que eu convoco os senhores aqui presentes e demais Parlamentares à leitura deste requerimento que por sinal está como requerimento e vou discuti-lo no momento que for colocado em votação.

Era esse o meu pedido de informações e queremos saber, nós parlamentares de oposição, que não temos condições e acesso ao Palácio do Governo, mas que pelo menos através de documento, nos encaminhem o valor de quanto é gasto com publicidade no Governo do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Para encaminhar concedo a palavra ao Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Eu votarei a favor do Requerimento do nobre Deputado Algaci Túlio, porque, para

um Parlamento poder trabalhar livremente, o mínimo que se pode obter são informações do que ocorre, com referência ao exercício do Poder Público.

No ano passado e no 1º semestre deste ano, nós sentimos, lamentavelmente, neste Parlamento, provada e desmentida, a tão polêmica transparência do Executivo Paranaense.

Sem nenhuma exceção, todos os Requerimentos, cujo conteúdo era pedido de Informações de iniciativa das Bancadas que não fossem oficiais aqui neste Parlamento, foram repudiadas e rejeitadas pela Situação. Este motivo nos basta para desconfiar da Ação do Governo, do Executivo paranaense.

Por isso, Senhor Presidente Senhores Deputados, vamos ver provada, mais uma vez, nesta Sessão de hoje, a quantas andam a transparência e a moralidade. Vamos ver se é possível, pela primeira vez, não sei se obteremos as informações, queremos ver aprovado, neste Parlamento a manifestação de apoio a este Pedido de Informações que nos trará clareza, transparência por parte do Executivo paranaense.

Muito obrigado.

O SR. RAFAEL GRECA - (Para encaminhar) -

Senhor Presidente, Senhores Deputados, sobretudo os Deputados do Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Nós sabemos muito bem as relações entre informação e Poder! A recusa às Oposições do direito de solicitar informações ao Governo, significa que os Deputados do Governo não reconhecem, na Assembléia Legislativa, um Poder digno de ser respeitado, porque este Legislativo será tanto mais valorizado, enquanto Poder independente, ao qual se deve respeito, quando por exemplo, se coloca para fora das tribunas os professores, acusados de desrespeitadores. Este Poder será tanto mais Poder quanto mais se fizer respeitar, não agindo como um presépio mecanizado, acionado pelo Palácio Iguazu, mas sim como uma Bancada de homens e mulheres independentes, capazes de valorizar a função Legislativa.

Informação e Poder, Poder e Informação, esta é a questão que está em julgamento no próximo "senta e levanta" que vamos assistir.

Neste sentido, solicitamos à Bancada do Governo que não perca o vinco e aprove o Pedido de Informações do Deputado Algaci Túlio, na razão direta em que dará a este Legislativo a extrema dignidade de se fazer respeitar por todos os paranaenses como Poder Independente, capaz inclusive, de perguntar, porque diz o povo: "Perguntar não ofende".

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. NESTOR BAPTISTA - (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, eu serei rápido no encaminhamento desta matéria.

É sabido, principalmente pelo Deputado Algaci Túlio, que é um radialista muito atuante e trabalhador, e faço aqui o registro, que o Estado do Paraná, é hoje, Senhor Presidente, o Estado que menos gasta em publicidade.

É sabido, Senhor Presidente, que levantamento feito, neste ano de 1988, a pedido da Liderança da nossa Bancada, este é o Governo que, na história do Paraná menos investiu em propaganda. Investe bem, coloca bem a propaganda quando deve ser colocada para informar à população do Paraná o que está sendo feito.

Se falar Senhor Presidente, que houve uma programação maciça quando da luta de "Maguila" que mostrada para Londrina, ao Paraná, ao Brasil todo, para investidores que querem aplicar no Paraná, para brasileiros que querem conhecer Londrina e que querem conhecer o Paraná, para empresários que querem conhecer mais de perto o Paraná.

Eu não vi no ano passado ou em momento algum se questionar as propagandas do Senhor Leonel Brizola em todo o País. Este sim, tendo levado o BANERJ a uma intervenção do Banco Central, com um furo de um bilhão e cem milhões de dólares, Senhor Presidente, com propaganda colocada em todas as emissoras de rádio, televisão e jornais deste País. E eu não vi nenhum questionamento.

Seria oportuno que a bancada do PDT também tivesse questionado. Bom, mas o Paraná não tem nada a ver com isso. Ou melhor, tem sim, porque a intervenção do Banco Central, à cobertura do furo praticado pelo PDT no Rio de Janeiro saiu as custas, por que não, dos quase 9 milhões de paranaenses. Dos nordestinos, dos cariocas, dos gaúchos. Todos nós pagamos a "gauchada" do Senhor Leonel Brizola e eu não vi aqui nenhum questionamento.

O Deputado Sabino Campos, me cobra a "gauchada", que não tem nada a ver com o riograndense e Deputado Sabino.

Porque é que o PMDB, Senhor Presidente vai votar contra o requerimento do Deputado Algaci Túlio? E já antecipo que vai votar contra. É meramente político, é apenas para criar um clima, um clima que vem se tentando criar, aqui, há alguns dias para impressionar em determinados momentos, mostrando até o programa do PMDB. O programa do PMDB continua respeitado. Vem aí uma nova Constituição com direito de greve, porque o PMDB quis. Não é o PMDB de José Sarney, claro que não é. Não é o PMDB dos adesistas de última hora, inclusive inúmeros companheiros de outros Deputados que se atrelaram ao PMDB, incharam, machu-

eram e colocaram o PMDB em dificuldade em muitos momentos, diante da opinião pública, mas nós vamos sair desta, não tenho a menor dúvida.

O direito de greve Senhor Presidente é uma conquista da população, uma conquista do trabalhador, através do voto dos representantes do PMDB, lá em Brasília. O pedido de informações do Deputado Algaci Túlio, poderia ter sido feito também como Vereador da Câmara Municipal, ou pelo, hoje, Deputado Rafael Greca, quando o seu partido financiou uma Escola de Samba, para desfilar no Rio de Janeiro, e inclusive foi desclassificada, caiu da Divisão Especial das Escolas de Samba para a 1.<sup>a</sup> Divisão, nós não vimos nenhuma movimentação de contas àquela época, Deputado Rafael Greca, o partido de Vossa Excelência prestou?

É claro que o papel do Deputado é de fiscalizar, cobrar, reivindicar, e exigir, e o de lutar pelos direitos da população senão não merece estar aqui, neste Plenário. Mas é necessário também, Senhor Presidente, que nós conheçamos o Estado que fizemos em todos os quadrantes, não apenas com uma viseira, não apenas olhando um caminho. Nós precisamos conhecer o nosso Estado.

Me espantou aqui, Senhor Presidente, o Deputado Pedro Tonelli falar que o Paraná não precisa de asfalto, para escoar a produção dos bônias frias, que ele protege, acabam colhendo; para escoar a safra, que é necessária para o nosso consumo interno e para a nossa exportação. Fez uma denúncia que deve ser levada para todo o Oeste do Paraná e Sudoeste, que o Senhor Deputado Pedro Tonelli não quer mais saber e não está preocupado com o asfalto no Paraná.

Senhor Presidente, entendo em determinados momentos, a desaprovação ou aprovação das Galerias, porque tenho muitos amigos ali, uns que, evidentemente, estão fazendo parte da greve, porque entendem que ela é justa que tem o seu direito abalado, e nós respeitamos o direito de todos, por isso estamos aqui discutindo, já há alguns dias, e poderemos até continuar.

Hoje, nesta Sessão, Senhor Presidente, ainda dentro desse pedido de informação, que é cabível, o Deputado Pedro Tonelli praticou mais um ato de inverdade nesta Casa, dizendo que havia um prazo de 6 meses para recolhimento de ICM. Nós sabemos que havia prazo em Governos anteriores, ao longo da história do Paraná, de 90 dias, que nesse Governo caiu para 60 dias, há na Casa uma mensagem reduzindo esse prazo, justamente esse prazo de 60 dias, apenas para o abate dos frigoríficos, sem nenhum atraso fiscal e sem nenhuma ação na justiça.

Então, quando se responde algum ques-

tionamento, quando se aprova este ou aquele requerimento, ou quando se rejeita, nós temos as nossas razões, as razões do Paraná, que estão acima do interesse político ou Político. Político de determinadas pessoas, político de determinado Partido, que está em minoria e que se julga, então, no direito de tentar criar a provocação, de criar o clima, para ferir o interesse maior, que é o interesse do Paraná. Aqui ninguém está preocupado, espero que nem na Oposição e nem Situação, com interesse pessoal, estamos preocupados em resolver uma crise que é Nacional, mas estamos preocupados em dar respaldo para 9 milhões de paranaenses que querem ver, como os professores que aqui estão, e desejam um Estado forte, um Estado voltado para o progresso, não voltado de costas, porque há professoras maravilhosas também de costas, porque não. Então, Senhor Presidente, eu diria que vamos, votar contra esse requerimento, porque é inoportuno e o Paraná sabe que tem apenas o interesse Político.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Pela Ordem eu concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, não querendo polemizar, mas quero pedir excusas as senhoras que aqui estão presentes, talvez até pela falta de delicadeza do Deputado Nestor Baptista, mas dizer a Vossa Excelência...

O SR. NESTOR BAPTISTA - (Pela ordem) Absolutamente Senhor Presidente. Qual é a indelicadeza colocada, Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência não vê falta de delicadeza por parte de nenhum dos Senhores Parlamentares até o presente momento.

O SR. NESTOR BAPTISTA - (Pela ordem) Mas não houve indelicadeza nenhuma, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência não viu e peço que se atenham ...

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) Senhor Presidente, quero esclarecer que o que disse o Deputado Nestor Baptista, com relação a uma Escola de Samba que foi ao Rio de Janeiro, que nós não temos nada haver com o Rio de Janeiro, e se essa escola foi por conta de um partido, que eu não tenho conhecimento de tal fato e parece-me que não é verdade. Faltou com a verdade, pois é dinheiro de um partido, não é dinheiro de uma Prefeitura.



Agora, eu poderia, Deputado Nestor Baptista, levantar aqui também uma suspeita, com relação a Vossa Excelência que, de repente o seu Partido ou o seu Governo lhe ajudou a comprar uma rádio em Paranaguá e eu não falei sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio)- Esta Presidência pede aos Senhores Deputados que mantenham a matéria de votação. Pela Ordem eu concedo a palavra ao Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Pela Ordem- Senhor Presidente, falar com facilidade, tentar enlamear algum nome, é muito fácil. O meu passado, nobre Deputado, é limpo, a minha folha em qualquer tribunal, em qualquer delegacia é limpa, Vossa Excelência está desafiado neste momento, perante a galeria, e tenta impressionar, ao levantar uma questão sequer contra a minha idoneidade moral, e a recíproca não é verdadeira.

Deixo aqui um desafio a Vossa Excelência, com relação a um deslize moral, apenas, na minha conduta. Minha conduta de mais de 12 anos de vida pública, de 40 anos de idade, pai de dois filhos, quero deixar registrado para Vossa Excelência, está desafiado, e eu entrego o meu mandato, o dia que Vossa Excelência provar. E repito, não lance o "record" porque eu provo, que a folha de Vossa Excelência não é limpa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio)- Peço aos Senhores Deputados que permaneçam sentados serenamente.

O Sr. Nestor Baptista- Senhor Presidente, está desafiado o nobre Deputado Algaci Túlio, e eu trago todas as certidões, que o incriminam... (discursos paralelos)...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio)- Esta Presidência pede aos nobres Deputados, que serenamente vamos fazer a votação da matéria.

O Sr. Pedro Tonelli- Pela Ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio)- Pela ordem concedo a palavra, primeiramente ao Deputado Pedro Tonelli.

O Sr. Pedro Tonelli- Senhor Presidente: Só para registrar, que, quanto à questão dos prazos do recolhimento do ICM, na próxima Sessão Ordinária que tivermos, vou aguardar a convocação de Vossa Excelência, trarei um pacote de Diários Oficiais, e colocarei na Tribuna, da Situação. E eu quero desafiar aqui, qualquer Deputado do

PMDB, para ir lá e fazer a leitura das prestações do Diário Oficial.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio)- Não é procedente a questão de ordem, com relação à matéria que estamos votando, nobre Deputado Pedro Tonelli.

O Sr. Rafael Greca- Pela Ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Pela Ordem concedo a palavra ao Deputado Rafael Greca.

O Sr. Rafael Greca- Senhor Presidente. Esta Liderança lamenta o clima de animosidade que se estabeleceu no Plenário. E faz um apelo à serenidade do Líder do Governo, e ao Líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, no sentido de que, não troquem acusações pessoais entre os Senhores Deputados.

De mais a mais, esta Liderança lembra que, o Deputado Algaci Túlio foi processado por crime de opinião, por expressar a opinião no seu microfone, de programa de rádio, inclusive, por denunciar a venda para um supermercado local, de um terreno que hoje é muito bem utilizado pela Prefeitura de Curitiba.

E, que foi devidamente licenciado da responsabilidade judicial pelo processo, com o voto de todos os Senhores Deputados, inclusive do Deputado Nestor Baptista. Nós participamos da Sessão quando houve esta votação. De maneira, que é impertinente a recordação destes processos por crime de opinião, que se lançam sobre o Deputado Algaci Túlio.

E, de mais a mais, esta Liderança ao reportar à fala do Deputado Nestor Baptista, atribuindo entreveros, de escolas de samba, tiquetes incorretos do BANERJ, mal administrados, problemas que afetaram o Banco Central numa intervenção, que nós reputamos, lembra aos Deputados do Paraná, tratar-se esta Assembléia, da Assembléia do Paraná, e não de uma tribuna nacional, muito menos da Assembléia de todos os cariocas.

De maneira que nós vamos votar o requerimento do Deputado Algaci Túlio, ainda uma vez, apelando à Bancada do Governo, que libere a informação, para que daí a discussão se faça em nível elevado.

Era isso.

O Sr. Domingos Scarpellini- Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio)- Para encaminhar concedo a palavra ao Deputado Domingos Scarpellini.

\*O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Senhor Presidente, ilustres Senhores Deputados.

Nós realmente, estamos nesta Casa desde 1974, temos que neste momento abrir um pouco a janela do passado, para olharmos o comportamento do Líder do PFL, que hoje estava aqui a defender os Senhores Professores que estão em greve.

Há treze anos atrás, daquela mesma cadeira, defendia ele a colocação da polícia do Governo do Senhor Geisel, para bater nos professores que estavam reunidos no Centro Cívico.

Há anos atrás, a presença do governador Ney Braga, no Palácio Iguazu, era de colocar os cachorros do Governo, de colocar a polícia militar do governo a barrar e a bater nos professores, aqui, no Centro Cívico, e no entanto, naqueles mesmos dias, era homem do governo o Ilustre Deputado do PDT, hoje, Rafael Greca, nomeado para a Casa da Memória. Se nomeado para a Casa da Memória, ele perdeu a memória, eu ainda não perdi.

Eu vi a Polícia do Governo que ele defendeu batendo em Professores, aqui, no Centro Cívico. E ele vem agora, apresentar aqui, o programa do PMDB, que diz não estar sendo cumprido. Queria dizer que o PMDB no Paraná e no Brasil, na parte que lhe toca, vem cumprindo com a sua obrigação e com seu dever cívico. Se temos assegurado, o direito de greve na Constituição do futuro é porque a maioria do PMDB votou e garantiu aos trabalhadores o direito à greve. Se, nós do Paraná, estamos vendo a correção dos salários feita de acordo com a inflação é porque o Governador Álvaro Dias vem honrando os compromissos que tem para com as categorias que trabalham e que são os funcionários Públicos deste Estado. Nós gostaríamos de ver feito no Rio de Janeiro aquilo que é pregado e defendido aqui pelo Deputado Rafael Greca e pelo Deputado Algaci Túlio, porque é que o Governo Leonel Brizola não fez lá aquilo que vocês pedem que seja feito aqui? Porque a Prefeita de Fortaleza não fez em Fortaleza, Ilustre Deputado Pedro Tonelli, aquilo que o Senhor defende para se fazer no Paraná.

Eu gostaria de não ter visto a Polícia do Deputado Basílio Zanusso, a Polícia do ex-Governador Ney Braga batendo nos professores e aí sim os Senhores teriam condições morais para estar aqui, acusando o Governo do Paraná e defendendo os professores que aqui estão.

E, falando em Educação, mais de mil crianças estão sem aulas ou estão caminhando mais de 5 km para assistirem aula no vizinho Município de Piraquara, porque um funcionário público comprou uma Fazenda chamada Fazenda Capoeira Grande e transformou a escola que estava dentro da-

quela fazenda, na sede da sua fazenda e deixou as crianças sem aula. As crianças daquele bairro e daquela região têm que caminhar 5 km e outras até 8 km e a escola está lá. Este funcionário chama-se Roberval Kliger Mendes, e é funcionário do Gabinete à disposição do Ilustre Deputado Algaci Túlio, portanto, eu não vejo muita sinceridade da defesa do ensino e na defesa do povo, quando um funcionário compra uma fazenda, grila uma escola e coloca toda uma comunidade em dificuldade, ora, o revolucionário Agostinho Neto, disse na Revolução de Angola, nos poemas de Angola que "não basta que a causa seja justa e pura, é preciso que a justiça e a pureza estejam dentro daqueles que a defendem" e eu não vejo aqui justiça e pureza nas palavras. Palavras que são falsas, frias como este mármore. Palavras que realmente não saem da vontade, da necessidade de cada um. Eu vejo sim alguns que demagogicamente se posicionam a defender valores que nunca defenderam anteriormente, mas, que querem fazer agora para receber os aplausos, que querem fazer agora para condenar aqueles que estão tentando administrar o Estado que não é feito apenas por professores, o Estado que é feito por mais de 400 mil bóias-frias, que se criaram, Deputado Rafael Greca, durante o regime militar que o Senhor ajudou a defender e que o Senhor participou. Assim, está Vossa Excelência que se esquece que defendeu Ney Braga, assim está Vossa Excelência que trabalhou na Casa da Memória, que foi candidato do PDS, que foi homem da ditadura. Estes 500 mil bóias-frias que se espalham pelo Estado do Paraná, são frutos daquelas defesas que Vossa Excelência fazia do regime autoritário, que gastou bilhões de dólares na Ferrovia do Aço, nas usinas nucleares, contra isso o Senhor não se levantou, como o Deputado Basílio Zanusso e outros tantos não se levantaram, contra a opressão naquela época, ilustre Deputado Rafael Greca, Vossa Excelência que frequenta as melhores casas, os melhores palacetes de Curitiba, que é orindo da "elite" do Paraná, e que aqui defende o capitalismo estremado, quando vai ao Rio de Janeiro, e quando lá ia, defendia a implantação do socialismo moreno do ilustre Governador Leonel Brizola.

Vossa Excelência, realmente, tem uma dupla face, aqui é capitalista, no Rio é Socialista, Vossa Excelência hoje defende os professores que o Senhor não defendeu no passado, realmente falta nesta Casa um pouco de memória ou talvez muita memória.

Meus ilustres companheiros que aqui estão eu não digo que o MDB está nessa e nós vamos sair não, o MDB foi o partido da luta do povo brasileiro, foi o partido que lutou pelas Diretas, o partido que lu-

tou pela implantação do regime Democrático, que dá o direito para a Senhora, o Senhor de estar aqui hoje sem estar sendo molestado ou preso pela polícia do Governo.

O MDB é o partido do futuro, o MDB não é o partido apenas do imediatismo de se resolver o problema de um segmento da sociedade e deixar os milhares de trabalhadores sem casa no Estado; o MDB tem compromissos com a habitação, tem compromisso com a saúde pública e nós estamos construindo na medida do possível, administrando a massa falida dos senhores que nos entregaram e fazendo deste limão uma limonada, procurando não fugir das responsabilidades que nos são impostas, tirar este País do atoleiro que o Regime Militar, que os Senhores defenderam ou conduziram. Nós queremos sim um Brasil não só para os professores, um Brasil não só para os médicos, mas um Brasil também para os bóias-frias, desterrados e humilhados naquela vida nômade que têm que fazer todos os dias em busca do pão; o MDB é um partido que tem compromisso com a Reforma Agrária e nós na parte que nos cabe, temos feito; o MDB tem compromisso com a habitação e no Paraná está se construindo...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência informa que o tempo é improrrogável e lhe dá apenas 30 segundos para concluir.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - ... o MDB tem compromisso com o futuro, não tem compromisso apenas com as palavras que quer Vossa Excelência, as palavras doces que querem adoçar a água do mar, Vossa Excelência, ilustre Deputado peca quando esquece o seu próprio passado.

Muito obrigado.

O SR. RAFAEL GRECA - (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Hoje sucessivas referências ao meu nome da parte do Deputado Domingos Scarpellini, que não defendeu a matéria em votação, mas senão fez uma equivocada biografia dos poucos anos de vida pública que tive.

No entanto, a propósito quero só declarar o seguinte: Cresci como filho de gente próspera, os meus pais colocaram-me nos hábitos de ser servido e ensinaram-me a arte de dar ordem, mas quando eu cresci mais e olhei a minha volta, não gostei dos hábitos da gente da minha classe, nem de dar ordens, nem de ser servido e abandonei estes interesses e me juntei a companhia dos simples para dividir o grande pão da vida. Era isso.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Em vo-

tação. Solicito que as Galerias permaneçam em silêncio para votação da matéria do dia. Em votação o Requerimento do Deputado Algaci Túlio. (Pausa). Rejeitado.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela ordem) Solicito Verificação de Votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência defere e fará Verificação de Votação.

O SR. NESTOR BAPTISTA - (Pela ordem) Solicito chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Vinte e seis Senhores Deputados responderam à chamada nominal. Há "quorum" apenas para prosseguimento da Sessão. Esta Presidência irá encerrar a discussão das matérias.

Requerimento de n. 216, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. Encerrada a Discussão.

Requerimento de n. 215, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. Encerrada a Discussão.

Requerimento de n. 229, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Encerrada a Discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Solene para quarta-feira, dia 24, às 15:00 horas, para outorga de Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Sunau Ito.

Marca ainda uma Sessão Ordinária, para quinta-feira, dia 25, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 72/88

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 102/87.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 07, 124, 130, 164 e 198/88.

Marca ainda uma Sessão Extraordinária, para logo após, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 95, 96, 97, 106 e 107/88.

Levanta-se a Sessão.